

O E S S E N C I A L S O B R E

A Seara Nova

Luís Andrade



N IMPRENSA
NACIONAL

N IMPRENSA
NACIONAL

O ESSENCIAL SOBRE

A Seara Nova

O E S S E N C I A L S O B R E

A Seara Nova

Luís Andrade

Índice

- 11 *A Seara Nova*
- 27 **O espírito seareiro**
- 59 **Os seareiros**
- 75 **A política seareira**
- 93 **Seareiros e marxistas**
- 115 **O legado seareiro em cinco tópicos**
- 119 **Bibliografia essencial**

*A Pedro Lisboa,
companheiro de estudo e de
divulgação das revistas de ideias e cultura*





LEGENDA DA PÁGINA ANTERIOR:

Participantes em reunião preparatória da fundação da Seara Nova em casa de José Leal.

Sentados: Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro e Raul Brandão.
De pé: Horácio Biu (pároco de Coimbra, Leiria), Teixeira de Vasconcelos, Raul Proença e Luís da Câmara Reis.

A Seara Nova

A *Seara Nova* ocupa um lugar axial na história cultural e política portuguesa do século XX: entre 1921 e 1927, distinguiu-se no combate pela regeneração da I República; ao longo do Estado Novo, sobressaiu como órgão que deu voz aos homens de cultura que se bateram pela liberdade e pela modernidade; na sequência do 25 de Abril de 1974, expressou as vicissitudes que atravessaram a restauração da democracia.

O papel central que a revista desempenhou na vida cultural e política ficou a dever-se, antes de mais, ao mérito dos intelectuais que subscreveram o prospeto que anunciou, em maio de 1921, a fundação da Empresa de Publicidade Seara Nova, sediada na Rua António Maria Cardoso, n.º 26, em prédio que já conhecera a administração da revista *Atlântida*, de João de Barros e de João do Rio, ladoado pelo Teatro República e a escassos metros do Largo do Chiado, o fulcro da vida espiritual e mundana da época.

Os retratos em que o grupo fundador se apresentou registaram o momento. Na composição mais co-

nhecida, temos Raul Brandão (n.1867), Aquilino Ribeiro (n.1885), Jaime Cortesão (n.1884), sentados, e Luís da Câmara Reis (n.1885) e Raul Proença (n.1884), em segundo plano.

Entre os membros do corpo diretivo indicado no folheto, mas ausentes na fotografia, encontravam-se Augusto Casimiro (n.1889), António Faria de Vasconcelos (n.1880), Ferreira de Macedo (n.1887), Francisco António Correia (n.1877), Francisco Peres Trancoso (n.1877) e José de Azevedo Perdigão (n.1896). Ezequiel de Campos (n.1874), Quirino de Jesus (n.1865), Sarmiento Pimentel (n.1888), Sarmiento de Beires (n.1893), Rodrigues Miguéis (n.1901), David Ferreira (n.1897), Manuel Mendes (n.1906), Mário de Azevedo Gomes (n.1885), Emílio Costa (n.1887) e Hernâni Cidade (n.1887) juntaram-se, desde o início, ao empreendimento de que se mostraram colaboradores assíduos. António Sérgio (n.1883), que regressará a Portugal a instâncias de Raul Proença, completará, a partir de 1923, este conjunto de notáveis em domínios tão distintos quanto as letras, o ensaio, a pedagogia, a historiografia, a economia e, mesmo, as novas artes de guerra.

O grupo inicial estava destinado a dirigir a revista durante quatro decénios, primeiro por Raul Proença (1921-1927), depois por António Sérgio (1927-1939), de seguida por Câmara Reis (1940-1961) e finalmente por Augusto Casimiro (1961-1967).

Ao apresentarem *Revista quinzenal de doutrina e crítica* como subtítulo, os fundadores da *Seara Nova* vincaram a sua natureza racionalista, em contraste com as publicações periódicas, bem mais

correntes, de natureza literária, artística ou de simples atualidade.

A congregação de um conjunto de homens de cultura tão significativo e vasto constituiu-se como a sùmula comum dos ditames cívicos que sentiriam impor-se-lhes face ao devir da vida política nacional. No plano imediato, surgia a responsabilidade de salvar a República através de desígnios e reformas que permitissem superar os desmandos das fações partidárias, financeiras e castrenses que se tinham assenhorado da vida pública. Num âmbito programático mais amplo, pretendia-se trazer o discernimento racional ao bom governo do país, de acordo com uma perspectiva que viesse assegurar a convergência entre o fundamento democrático dos órgãos do Estado, assente no sufrágio e na representação, e a pertinência racional e eficiente de políticas públicas firmadas no conhecimento e na competência técnica.

Quem conhece aturadamente, como consequência da sua formação académica e mérito profissional, não poderia deixar de atender ao dever de denunciar as urdiduras contrárias ao interesse geral, nem se eximir à intervenção concertada em nome dos princípios primordiais da verdade, da justiça e da coisa comum.

Simultaneamente, é necessário observar, como é sugerido no subtítulo, que doutrina e crítica caminhavam a par, pois é suposto que o escrutínio de opiniões ou de factos se faça em nome de representações estruturadas, mesmo que distintas entre si, e não do somatório de opiniões fortuitas.

No papel decisivo conferido à doutrina e à doutrinação, pode observar-se a convicção moderna

que fez acompanhar a ideia de progresso pela promessa de emancipação coletiva através da autodeterminação racional e voluntária dos homens e dos povos. A doutrina assumiria, segundo este pressuposto, o estatuto de autoconsciência histórica e de guia da ação tanto na multiplicidade das suas expressões científicas, técnicas e morais, como também, e sobretudo, nos seus resultados, classificados frequentemente como aquisições culturais e civilizacionais cumulativas.

A disposição de espírito própria do deslumbramento intrínseco ao alento simultaneamente esclarecido e revolucionário que atravessou a contemporaneidade encontra-se igualmente inscrita no curto título da revista, que associa à «seara», com que a grei providencia a vida, o qualificativo «nova», que vinca, desde logo pelo jogo entre uma prática ancestral necessária à sobrevivência e um atributo que parece não se adequar à sua literalidade, o trânsito para uma outra sociedade.

Neste âmbito, os homens livres da *Seara Nova* não se afastavam do imaginário republicano que prognosticava um futuro em que a vida social e a propagação da cultura facultariam uma sociedade conforme à dignidade e aos fins substanciais que se imputavam à condição comum dos homens.

Embora fosse claro, em 1921, que se viviam tempos que pareciam comprometer ideários e crenças tão radicais quanto vitais, as agruras da época foram encaradas como provações acidentais e transitórias. No domínio interno, a deceção provocada pela degeneração ostensiva da República era vista como resultado do voluntarismo jacobino afonsista e de os jogos partidários e militares não terem

tido o contrapeso indispensável de uma elite competente e preponderante, coadjuvada por uma opinião pública esclarecida. No âmbito da devastação mundial recente, os horrores inauditos da Grande Guerra, travada entre os povos mais instruídos da história da humanidade, não atestariam o colapso da crença no aperfeiçoamento moral ínsito à propagação do saber, mas tão-somente o irredutível atavismo bárbaro e militarista imputado aos povos germânicos.

Uma vez que o combate a travar se colocava, antes de mais, no plano doutrinário e crítico, o instrumento estratégico privilegiado foi o da criação de uma revista que reunisse uma frente ampla de intelectuais prestigiados em torno de um programa comum claramente definido. O êxito foi imediato e duradouro, pois a revista logo ganhou grande notoriedade e conseguiu marcar com a sua presença a discussão política e cultural, tanto nos anos restantes da República, quanto no quase meio século das autocracias salazarista e marcelista.

A este propósito, é necessário reconhecer que a *Seara Nova* exemplifica eloquentemente o papel central que as revistas desempenharam na formulação, afirmação e consolidação das correntes de opinião letradas que fizeram o debate político e cultural do século XX. Em primeiro lugar, o *quinzenário de doutrina e crítica* agregou, como ficou referido, um conjunto muito variado de homens de letras em torno de orientações e de causas comuns, o que o converteu em órgão de um movimento em que as colaborações subscritas a título individual passaram a revestir-se de uma conotação coletiva. Em segundo lugar, a identidade desta corrente pro-

gramática resulta de um trânsito de autorrevelação e de construção simultaneamente individual e conjunto intrínseco ao seu processo de constituição e afirmação — o chamado *espírito seareiro* —, embora alicerçado em pressupostos pessoais e editoriais iniciais claros. Em terceiro lugar, a revista apresentava-se como a modalidade de publicação impressa capaz de cerzir criticamente a doutrina e as suas circunstâncias, pois unia pensamento e intervenção tempestiva na atualidade, o que explica que o compasso temporal das edições pudesse variar de acordo com o ritmo dos acontecimentos, como aconteceu, por exemplo, entre 3 de outubro de 1925 e 23 de julho de 1926, em que *Seara Nova* apresentou uma periodicidade semanal. Em quarto lugar, a periodicidade tende a constituir e a consolidar públicos específicos que encontram nos títulos da sua eleição a inspiração necessária para decifrar e acompanhar as novidades da época, ou seja, que constituem sectores específicos da opinião pública da ágora culta composta pelas revistas de ideias. Neste quadro, não admira, pois, que muitos dos autores que fizeram a *Seara Nova* tenham subscrito centenas de textos e que uma parte muito significativa do que publicaram em edições autónomas resulte da recolha e do desenvolvimento de artigos. A dramaticidade dos dias não se comprazia com os vagares próprios da escrita e da meditação de obras magnas, antes reclamava a intervenção imediata e a tomada de posição que só as publicações regulares podiam proporcionar.

Alguns destes traços ganharam expressão mais acentuada quando os contextos repressivos instituíram a censura prévia, com o inerente acréscimo,

por vezes asfixiante, de custos, e, simultaneamente, cerceavam, por imposição política, a publicação de novos títulos, além de condicionarem a vida daqueles que se encontravam em circulação através de entraves administrativos, como se verificou ao longo da ditadura do Estado Novo.

Neste contexto particularmente adverso à livre expressão do pensamento, a perseverança da *Seara Nova* conferiu-lhe um alcance renovado, nomeadamente porque soube acolher todos aqueles que se recusavam a abdicar da plena liberdade de espírito nas mais variadas dimensões da vida reflexiva e cívica, independentemente da configuração precisa das suas convicções democráticas e das áreas culturais em que se moviam. Por várias ocasiões, nomeadamente ao longo da Segunda Guerra Mundial e após a extinção de *O Diabo*, *Pensamento*, *Sol Nascente* e *Presença*, durante o ano de 1940, a *Seara Nova* foi a única revista da resistência cultural e política com alcance nacional que os homens de letras insubmissos tinham ao seu dispor. Mesmo quando esta situação se alterou com a compra da *Vértice* por decisão dos jovens comunistas de Coimbra que procuravam voltar a possuir um periódico próprio, em 1945, ou, mais tarde, em 1963, com o surgimento de *O Tempo e o Modo*, em que convergiram católicos progressistas, socialistas e autores críticos quer do regime, quer do ambiente neorrealista, o ascendente simbólico adquirido pela revista dirigida, sucessivamente, por Raul Proença, António Sérgio e Luís da Câmara Reis relevou sempre sobre os restantes periódicos de ideias e cultura de oposição ao regime vigente.

A *Seara Nova* elevou-se, pois, à condição de grande monumento democrático, como resulta óbvio tanto do cômputo dos seus dados editoriais, quanto da extensão e variedade das colaborações de articulistas reputados insertas nas suas páginas. Entre 1921 e 1984, ano em que encetou um ciclo distinto com nova numeração, a *Seara* publicou 1604 números, em 1448 edições, num total estimado de 31 485 páginas, nas quais deu à estampa 21 538 peças singulares, subscritas por 3124 autores nacionais e estrangeiros.

Embora quase todas as grandes figuras do pensamento e da cultura portuguesa coevas tenham escrito, num ou noutro momento, na revista, alguns dos autores mais reputados distinguiram-se por fazê-lo de um modo permanente, durante longos períodos da sua vida, pelo que não só o teor geral da publicação se mostra subsidiário das suas colaborações como, reciprocamente, as respetivas obras integram estes artigos como uma sua parte substantiva. António Sérgio, o ensaísta mais prestigiado da época, assinou 311 peças publicadas; Raul Proença, um dos mais afamados jornalistas e doutrinadores republicanos, 228; Luís da Câmara Reis, o grande esteio do quinzenário, 251; Irene Lisboa, educadora e feminista, 177; Jaime Cortesão, historiador emérito, 93; Manuel Rodrigues Lapa, filólogo e historiador da literatura, 66; Faria de Vasconcelos, pedagogo com reputação mundial, 23.

A *Seara Nova* ocupou, igualmente, um lugar central na vida literária e artística portuguesa. Contou com escritores tão relevantes como Raul Brandão (32 colaborações), Aquilino Ribeiro (33),

José Rodrigues Miguéis (108), Adolfo Casais Monteiro (106), Manuel Teixeira Gomes (65), José Régio (19), José Saramago (32). No que respeita à presença do quinzenário no ambiente artístico, basta observar a colaboração muito regular, durante longos períodos, nomeadamente após a Segunda Guerra Mundial, de críticos e historiadores de arte tão conceituados como Fernando Lopes-Graça (281 colaborações) e Humberto de Ávila (90), na música; Adriano de Gusmão (199), nas artes plásticas; Roberto Nobre (116), José-Augusto França (31), no cinema; João Pedro de Andrade (183), no teatro. Estes dados permitem, só por si, verificar que não é possível compreender a atividade literária e artística portuguesa do século XX sem tomar as páginas do quinzenário como fonte idónea. Estas constatações revestem-se de uma aparência tanto mais surpreendente quanto muitos dos redatores principais da revista reiteravam com regularidade as suas reservas face ao transvio, sempre latente, da discursividade conceptual do quinzenário para os domínios das manifestações de índole estética. De qualquer modo, é razoável ver no destaque que a atividade literária e artística acabou por adquirir quer uma motivação própria, embora subsidiária, intrínseca ao diálogo com os produtos culturais em circulação, quer a resposta óbvia a situações de maior pressão censória, mais ríspida, por norma, com a afirmação doutrinária social e política do que no trato com as letras e as artes.

Num plano bem mais contundente, o combate acerado de ideias que animou a *Seara Nova* ganhou a sua expressão mais viva nas muitas polémicas que atravessaram as suas páginas. Numa época

marcada por convicções programáticas gerais, distintas e opostas, as clivagens e os atritos entre intelectuais tornaram-se um hábito quer por razões apodíticas mais ou menos deslumbradas, quer por motivos pragmáticos intrínsecos à afirmação individual ou de grupos.

Entre as dezenas de refregas ideológicas em que os seareiros participaram, sobressaem os confrontos com os seus adversários políticos e culturais, desde logo com os autores integralistas, adeptos da monarquia legitimista, que haviam conquistado, na época inicial da revista, um ascendente claro junto da juventude desafeta à República, e que tiveram em Raul Proença um opositor metódico e intransigente. Num outro plano, mais próximo da controvérsia, encontramos disputas entre seareiros com orientações conflitantes, como a que opôs José Rodrigues Miguéis a Castelo Branco Chaves, no início do decénio de 1930, em torno do conceito de revolução em Eça de Queirós. Simultaneamente, temos contendas entre autores externos à revista, como aconteceu com as travadas entre Gago Coutinho e Mário dos Reis, primeiro, e Ruy Luís Gomes, depois, acerca da Teoria da Relatividade, ou, já nos finais da mesma década, entre Álvaro Cunhal e José Régio, a propósito da atração exercida pela literatura brasileira junto da juventude literária portuguesa e da responsabilidade social dos escritores e artistas, que acabou por constituir um dos momentos mais significativos da afirmação do programa literário e político neorrealista. Ao longo de toda a vida do periódico, várias dezenas de outras polémicas registaram momentos de afirmação, cisão e confronto igualmente

marcantes entre figuras proeminentes da cultura portuguesa sobre temáticas filosóficas, ideológicas, históricas, científicas, pedagógicas, literárias e artísticas.

Se regressarmos ao prospeto em que a Empresa de Publicidade Seara Nova se apresentou, acima citado, somos levados a observar que o anúncio da publicação próxima da revista representa tão-só uma das suas atividades noticiadas pois a edição de livros antecedeu-a, com a publicação da peça de teatro *Adão e Eva*, de Jaime Cortesão, acabada de imprimir. No mesmo folheto, uma dúzia de obras, da autoria de Raul Brandão, Leite de Vasconcelos e Faria de Vasconcelos, entre outros, são indicadas como estando no prelo.

Sob uma direção única, a chancela da editorial da revista ficou, depois, aposta a muitas centenas de títulos de livros e de brochuras, o que fez esta casa editora ombrear com outros empreendimentos de divulgação cultural de grande vulto, como a «Coleção Cosmos», dirigida por Bento de Jesus Caraça, os «Cadernos Culturais», da Editorial Inquérito, a «Coleção Clássicos Sá da Costa», com a diferença, face a estas iniciativas, de que a atividade da Empresa de Publicidade Seara Nova perdurou durante mais de meio século e beneficiou do vínculo que a unia à revista, por exemplo, através do envio de livros aos assinantes em regime de consignação antes de a Censura ter ocasião para intervir a seu respeito.

Estas edições distinguiram-se, de um modo geral, pela sua acessibilidade, oportunidade e grande qualidade, como pode verificar-se facilmente nos estudos introdutórios das obras canónicas da lite-

ratura portuguesa publicadas na «Coleção Textos Literários», da responsabilidade de filólogos tão conceituados como Manuel Rodrigues Lapa, Hernâni Cidade e Agostinho da Silva.

Embora sem propósito enciclopédico, a variedade temática das séries em que as obras editadas foram incluídas abrange a generalidade dos domínios tidos por pertinentes para a execução da missão que os seareiros a si próprios atribuíram. Além dos textos e dos estudos literários já referidos, que serviam também de fontes destinadas aos alunos dos liceus, os catálogos da Empresa de Publicidade Seara Nova, divulgados por ocasião das Feiras do Livro, coligiram, desde os anos trinta, séries de «textos e estudos filosóficos», de «textos de vulgarização científica e técnica», de «estudos políticos e sociais», de «estudos históricos e pedagógicos», de autores «moralistas», de «estudos de arte» e de «biografias».

Se atendermos à mudança da *Seara Nova* do edifício em que a PIDE se iria instalar mais tarde, na Rua António Maria Cardoso, para o Largo Camões, n.º 46, logo em setembro de 1922, isto é, para a sede da Universidade Livre, onde a redação permaneceu até à publicação do número 332, dado a lume em fevereiro de 1933, encontraremos uma outra vertente da atividade seareira, que consistiu na promoção de conferências, de cursos e de eventos culturais quer na Universidade Livre, dirigida por Alexandre Ferreira, quer na Universidade Popular Portuguesa, onde se fazia sentir o empenho do seareiro António Ferreira de Macedo. A criação de centros de «amigos da *Seara Nova*», que funcionariam como núcleos locais de simpatizantes, e as

jornadas sobre o «Programa Social e Político da *Seara Nova*» como a que teve lugar em Coimbra, com a participação de António Sérgio, Câmara Reis, Ezequiel de Campos, Mário de Castro, José Rodrigues Miguéis e Sarmiento de Beires, nos dias 23, 24 e 25 de abril de 1926, completaram o contacto próximo com os concidadãos movidos por interesses afins.

A sobrelevar este vasto leque de frentes de intervenção cultural e cívica, temos os desígnios e a ação especificamente políticos. Como Raul Proença gostava de referir, a *Seara Nova* era obra de «intelectuais políticos». Por outras palavras, os *seareiros* não foram simplesmente homens de letras que anunciaram, como *ministros do espiritual*, boas-novas doutrinárias ou se investiram no papel de tutores civilizacionais da vida política e social junto da opinião pública numa condição de guardiães dos grandes valores culturais.

Pelo contrário, as grandes figuras da *Seara Nova* combateram politicamente a ditadura subsequente ao 28 de Maio com uma coragem e uma firmeza invulgares. Logo por ocasião do levantamento revolucionário iniciado a 3 de fevereiro de 1927, *seareiros* proeminentes bateram-se de armas na mão, no Porto, enquanto outros procuravam estender a insurreição militar a Lisboa. No exílio que se seguiu, distinguiram-se como conspiradores republicanos de todas as horas. Embora à margem de qualquer organização partidária, compareceram invariavelmente, a título pessoal e como grupo autónomo, no conjunto dos combates que uniram a oposição democrática contra o regime, nomeadamente no pós-guerra, nas conjuras, nas candidatu-

ras às eleições que se lhe seguiram e nos congressos republicanos. Muitos conheceram a prisão e o exílio, por vezes sob a forma de expulsão do território nacional, como se verificou com Jaime Cortesão e António Sérgio.

A exaustão intransigente levou mesmo os dois primeiros diretores a cruzarem o limiar da saúde psíquica, à semelhança, aliás, do que ocorrera com Antero de Quental, a sua grande referência entre os pensadores portugueses do século XIX.

No cômputo dos casos singulares a que a coragem e a determinação da revista se devem, que uma figura como Jaime Cortesão encarna igualmente, os seareiros souberam investir-se da dignidade e da grandeza cívica e política a que a se julgaram obrigados quer pelo imperativo de primazia do bem comum intrínseco à ética republicana, quer pelos deveres específicos de salvaguarda dos grandes valores humanísticos e civilizacionais próprios da ética intelectual. O exemplo da sua abnegação é tanto mais eloquente quanto é certo que estiveram entregues unicamente a si próprios, sem apoios orgânicos, e em condições muito adversas, frequentemente precárias e de penúria.

Este idealismo no mundo real, segundo as palavras de Raul Proença retomadas por José Rodrigues Miguéis, foi encarado, frequentemente, como sendo quase quixotesco, isto é, como orientação que expressava uma elevação estimável, mas utópica e prescrita. Seria, aliás, esse um dos balanços que os fundadores da revista poderiam fazer em vida, pois nem conseguiram regenerar a República, nem ver a ditadura salazarista derrubada. Pelo contrário, só lhes foi dado assistir à perpetuação da prepo-

tência plutocrática, à vigência do ultramontanismo serôdio e à difusão militante do obscurantismo.

Porém, o exemplo dos seareiros, se observado a partir da atualidade, ganha um significado inteiramente oposto pois foi a perspectiva geral seareira que acabou por vingar com a restauração da democracia. De algum modo, a sucessão de batalhas perdidas acabou por conduzir a uma vitória geral, não por obra da astúcia da história, mas pela firmeza e o sacrifício de quem defendeu uma ordem política liberal e uma organização económica de fundo socialista, como Raul Proença havia requerido logo no editorial da abertura da revista, e como a Assembleia Constituinte, presidida pelo seareiro Henrique de Barros, acabou por instituir para a República Portuguesa.

O espírito seareiro

Foi na Biblioteca Nacional que se congeminou a *Seara Nova*.

Jaime Cortesão, que dirigiu a Biblioteca entre 1919 e 1927, e Raul Proença, que foi seu funcionário desde 1911 e chefe dos serviços técnicos a partir de 1919, chamaram à instituição muitos dos companheiros de jornadas pretéritas e presentes. António Sérgio, Aquilino Ribeiro, António Ferreira de Macedo, Faria de Vasconcelos, Álvaro Pinto, que tinha sido o esteio administrativo da revista *A Águia*, passaram, então, a desempenhar funções, por períodos mais ou menos longos, no antigo Convento de São Francisco, ao fundo da rua do Grémio Literário.

Ao mesmo tempo, o gabinete do Diretor tornou-se local de encontro regular de muitos dos homens de letras e publicistas que ocupavam parte das suas tardes entre os cafés, as livrarias e as redações dos jornais da Baixa, do Chiado e do Bairro Alto.

David Ferreira registou o quotidiano das tertúlias que floresceram no salão longilíneo de Jaime Cortesão segundo um preceito de sociabilidade em

que a consideração pela boa-fé e a boa-vontade recíprocas relevava sobre as divergências doutrinárias ou de planos. A congregação era muito ampla, pois ia de autores de índole conservadora, como Afonso Lopes Vieira, à confluência de operários ditos avançados, nomeadamente libertários e anarcossindicalistas, desde logo Alexandre Vieira, chefe das oficinas da Biblioteca Nacional, e Manuel Joaquim de Sousa, figura cimeira da CGT¹.

Embora David Ferreira, secretário do Diretor da Biblioteca durante quatro anos, radique o seu depoimento no intuito bem-sucedido de contrariar a identificação estrita dos encontros vespertinos nas instalações utilizadas por Jaime Cortesão com o círculo fundador da Empresa de Publicidade *Seara Nova*, o relato atesta, igualmente com grande riqueza de pormenor, que o chamado Grupo da Seara Nova se firmou na Biblioteca Nacional e que o salão de quem a dirigia cedo se viu convertido na sua sede habitual. Tanto as iniciativas específicas dos seareiros como aquelas que envolveram a participação de outros frequentadores do velho casarão foram aí aprontadas. Foi o que ocorreu com as movimentações políticas sucessivas, adiante descritas, com que os homens da *Seara* procuraram intervir na vida pública muito atribulada que os confrontava. Do mesmo modo, aí teve origem a revista *Homens Livres. Livres da finança & dos partidos*, efémero e insólito encontro entre alguns monárquicos do Integralismo Lusitano e

1 Cf. David Ferreira, «O chamado “Grupo da Biblioteca”», *Diário de Notícias*, 25 de julho de 1980.

uma parte dos dirigentes da *Seara*, aproximados pela declaração de um comum propósito patriótico antiplutocrático e antipartidocrático, que publicou os seus dois números em 1 e 12 de dezembro de 1923, assim como *Lusitânia. Revista de estudos portugueses*, de cariz académico, inicialmente dirigida por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que se desdobrou por dez edições, entre janeiro de 1924 e outubro de 1927, dadas à estampa pela imprensa da Biblioteca. Os desígnios editoriais compartilhados passaram ainda, em meados de 1925, pela tentativa de criação de um jornal diário, instrumento por excelência de intervenção na vida pública corrente, que não vingou por não se terem reunido os apoios requeridos por um empreendimento tão exigente e vultuoso.

Como esta breve descrição deixa antecipar pela simples confluência das figuras públicas que cultivavam relações de amizade e de propósitos já consolidados, o círculo seareiro não se formou na Biblioteca Nacional *ab ovo*. Pelo contrário, a sua origem remontava *in germine* aos primórdios da República, quando Jaime Cortesão se dirigiu a Raul Proença com o intuito de este redigir o manifesto de uma «maçonaria de artistas e de intelectuais» portugueses que assumisse a missão de exercer uma ação social orientadora e educativa num meio onde julgava não haver grandes ideias, nem grandes homens que se impusessem.

O «sonho profético» da noite de 16 de julho de 1911, então relatado, acabou por vingar pois deu lugar à Renascença Portuguesa, movimento de intelectuais republicanos de que Cortesão foi o sócio n.º 1, que depressa avultou com o congresso de vá-

rias centenas de homens de letras, a prestigiada revista *A Águia* e o boletim *A Vida Portuguesa* como órgãos de imprensa, uma editora reputada e cursos de divulgação cultural com alcance invulgar, nomeadamente através da Universidade Popular do Porto.

Foi este passado próximo e comum que suscitou, a alguns futuros seareiros, a hipótese fugaz de retomar, em 1921, *A Águia* em detrimento da criação de um novo título, já que esta revista atravessava o período de declínio que conduziu ao fim da sua II série, encerrada com o número triplo datado, precisamente, de outubro de 1921. Como Jaime Cortesão deixou assinalado, em relato memorialista, a *Seara* foi «uma renascença da “Renascença”, a sua atualização em obediência a necessidades novas e vitais»², perspectiva confirmada por Teixeira de Pascoaes ao confessar que «*A Águia* escapou-me das mãos para voar mais alto, e, faminta, pousou em Lisboa, na *Seara Nova*, onde encheu o papo»³.

A relação sequencial entre os dois movimentos maiores de intelectuais republicanos do século XX, encabeçados em grande medida pelas mesmas figuras tutelares, não permite, porém, supor que as orientações programáticas a que subordinaram a realização dos seus desígnios fossem idênticas.

2 Jaime Cortesão, «No 40.º aniversário da fundação da “Renascença Portuguesa”», *Portucale*, Suplementos à III série, p. 6.

3 Teixeira de Pascoaes, «António Carneiro», *A Arte Portuguesa. Boletim da Escola Superior de Belas-Artes*, n.º 1, p. 12.

Pelo contrário, as concepções que vingaram entre os aquilistas e junto dos seareiros mostraram-se claramente opostas pois radicavam em dois legados universais com fundo antinómico.

Na Renascença Portuguesa, fez-se sentir o nacionalismo romântico propugnado por Teixeira de Pascoaes e firmado na crença de que o ressurgimento pátrio consistiria no reencontro dos portugueses com a índole cultural e étnica lusitana que a noção de saudade consubstanciaria. A refundação nacional reclamaria o regresso a este cadinho primordial, ao mesmo tempo que obrigava a repudiar a adulteração provocada pela dissolução secular e pela contaminação alheia. Aos poetas e, desde logo, ao lídimo autor de *Regresso ao Paraíso*, competiria erguerem a voz e enunciarem a palavra mítica e profética que reconduziria a alma nacional, num só rasgo, ao seu íntimo e à sua grandeza.

Já os propósitos anunciados por Raul Proença, seja no manifesto que redigiu em 1911 para a Renascença Portuguesa, seja nos documentos programáticos com que a *Seara Nova* se apresentou, foram, pelo menos na sua aparência, bem mais singelos, quase prosaicos.

O *élan* regenerador republicano deveria, em sua opinião, promover o contacto dos portugueses com o mundo atual, de modo a estes vencerem inibições anacrónicas e passarem a mover-se por interesses conformes ao espírito e à cultura dos europeus seus contemporâneos. Seria de evitar o culto extático do passado, vencer a resistência à mundivisão científica moderna e apelar à dignidade intrínseca de um povo que ambiciona ser livre. Como não se mostrava possível resolver problemas novos com

uma mentalidade antiga, a imersão no espírito dos tempos reclamaria que a formação de elites conscientes fosse acompanhada pela constituição de uma opinião pública esclarecida.

Em termos muito gerais, a oposição insanável entre estes dois programas, embora com desiderato genérico comum, acaba por decorrer do hiato que cindiu o nacionalismo romântico do universalismo racionalista moderno e ilustrado.

O alcance destas duas abordagens contraditórias revestiu-se, no contexto da Primeira República, de uma incidência ideológica adicional pois algumas das teses de Pascoaes mostraram-se similares à visão da história pátria propagandeada pelos monárquicos integralistas.

A mesma sombra de Nun'Álvares que «saiu do túmulo e vagueou nas ruas de Lisboa», evocada por Pascoaes no manifesto que redigiu para a Renascença Lusitana como referência metafórica à hora do reencontro republicano dos portugueses com a sua condição essencial, serviu de estandarte à Cruzada Nacional que elevou o «Santo Condestável na plenitude das suas virtudes» à condição de patrono das personalidades e das organizações tradicionalistas e reacionárias.

Onde Pascoaes viu fonte de inspiração e a própria República encontrou fundamento profano para a consagração patriótica de um arqui-herói nacional, Proença e Sérgio confrontaram-se polemicamente com o beato Nuno de Santa Maria como a encarnação espectral do nacionalismo português, ombreado, na Cruzada Nun'Álvares, por figuras e forças conservadoras, primeiro, e declaradamente antiliberais e filofascistas, depois,

capitaneadas, a partir de meados de 1925, pelos cruzadistas e professores de Direito Filomeno da Câmara, presidente da direção-geral, e Martinho Nobre de Melo, presidente da direção executiva de ação e propaganda.

A este propósito, é de assinalar que a conversão dos vultos do passado luso nas personagens da mitologia nacionalista com que o autoritarismo procurou legitimar-se mereceu aturado fogo de barragem por parte dos seareiros. Logo em 1921, Raul Proença encetou, na *Seara Nova*, a longa série de artigos «Acerca do Integralismo Lusitano» com que visou o corpo doutrinário ultramontano, fustigado igualmente em polémicas sucessivas, em que António Sérgio também se distinguiu, contra teses dos já citados Filomeno da Câmara e Martinho Nobre de Melo, bem como com Henrique Trindade Coelho, António Sardinha, Carlos Malheiro Dias, Manuel Múrias, Luís Cabral de Moncada e Mário de Albuquerque, entre alguns outros.

Como consequência do recorte distinto das duas conceções originárias da Renascença Portuguesa, é de realçar ainda que, do programa do grupo sediado no Porto e da orientação do preterido núcleo de Lisboa, que esteve, volvido um decénio, na origem da *Seara Nova*, decorrem duas perspetivas editoriais opostas. Enquanto os aquilistas privilegiaram as letras, as artes e a historiografia como os domínios por excelência de revelação da condição e da vontade pátrias, os seareiros promoveram a argumentação doutrinária e a crítica racionalista, expressamente adversas à abordagem literária dos problemas nacionais.

É de relevar, contudo, que as divergências assinaladas ocorreram sempre no quadro de aspirações gerais e de pressupostos estratégicos suficientemente próximos para que as intenções compartilhadas não fossem postas em questão.

Facultar à República uma cultura própria, foi o grande desígnio comum. Sentia-se que o ciclo da propaganda positivista estava esgotado e que os jogos políticos eram incapazes de servir as expectativas criadas. Só a afirmação e o debate culturais estariam em condições de assegurar a bondade da solução republicana e, sobretudo, de a sustentar junto da classe média e em meios populares. Era esta a missão que competiria aos homens das letras e das ciências empenhados na promoção do bem comum, de acordo com o saber e a distinção que encarnavam simbolicamente.

Quando Jaime Cortesão concluiu, ao afastar-se da vida partidária, após ser eleito como deputado do Partido Democrático pelo Porto, em 1915, que a «grande obra de defesa da República é atualizá-la com nobreza e inteligência»⁴, tornou claro, por experiência própria, que o lugar reservado a escritores, académicos e publicistas mostrava-se distinto daquele que os tempos atribuíam a quem disputava e exercia o poder, na medida em que este deveria obedecer a uma lógica afastada dos «prélios mesquinhos» e sujeitar-se tão-só ao foro das consciências.

4 Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*, Porto, Renascença Portuguesa, 1919, Post-scriptum.

Em sua opinião, a cultura republicana deveria apresentar-se suficientemente abrangente e persuasiva para surgir como a expressão atual, plural e pertinente dos progressos pretéritos do ânimo nacional e do espírito universal.

O republicanismo encarnaria, assim, a «cultura viva», lema evocado regularmente pelos seareiros. O seu mérito consistiria tanto em dar resposta fundamentada a muitas das grandes interrogações humanas e sociais, quanto no valor prático de converter a compreensão do mundo e da vida em desejo e guia da ação transformadora.

À luz deste enquadramento racionalista, em que saber e virtude política caminhariam a par, a grande missão dos homens letrados consistiria em republicanizar a sociedade através da propagação sistemática do pensamento hodierno. Se já era reconhecido que o exercício da cidadania reclamava a autonomia mental e a capacitação pessoal que só a escolarização podia assegurar, havia igualmente de inferir-se que a educação popular conferia um renovado alento próprio à expectativa de um novo mundo conforme à consigna que reclamava a liberdade, a igualdade e a justiça.

O itinerário dos homens de letras que convergiram na *Seara Nova* já tinha passado igualmente por *Pela Grei. Revista para o ressurgimento nacional pela formação e intervenção de uma opinião pública consciente*, que publicou sete números entre o início de 1918 e maio de 1919. Dirigida por António Sérgio, com a colaboração próxima de Raul Proença e de Ezequiel de Campos, a revista agregou ainda figuras conservadoras, como o já referido Martinho Nobre de Melo, que desempenhou, durante a curta

vida do periódico, funções episódicas, mas politicamente relevantes, no governo presidido por Sidónio Pais. Este título foi o Órgão da Liga de Ação Nacional, apresentado, nas páginas finais do seu número inaugural, como sendo uma agremiação «independente do Estado e dos governantes, por ser essa a melhor maneira de bem inspirar o Estado como representante e coordenador, que deve ser, das atividades sociais, e zelador dos interesses coletivos da Nação». Em suplemento a esta edição, intitulado «Para um plano de política nacional», procedeu ao «Esboço de um programa de fomento» centrado em matérias económicas, financeiras e educativas.

A criação da Empresa de Publicidade Seara Nova, na primavera de 1921, distinguiu-se, face à atividade periodística política e cultural da década que a antecedeu, pela proclamação de um programa editorial próprio e de longo fôlego, imune ao hibridismo dos compromissos circunstanciais referidos, e pelo apuramento e pela congregação de um conjunto amplo de homens de letras que se sentiram vocacionados para a difusão da doutrina republicana proposta.

O momento seareiro havia chegado. Foi anunciado, em toda a sua radicalidade, no prospeto que deu a conhecer o empreendimento editorial e desenvolvido no artigo de abertura do número inaugural da revista, não assinado, mas da pena de Raul Proença. O tempo da crença de que a racionalidade implícita à república das letras abrangia também a monarquia dos letrados, de tal modo que esta última poderia convergir na oposição ao jacobinismo afonsino e na reforma das instituições e das práti-

cas políticas vigentes, tinha-se esgotado, embora viesse a conhecer um afloramento extemporâneo com a edição dos dois números de *Homens Livres*, em 1923, pouco depois de António Sérgio ter regressado do Brasil.

A reação conservadora à República, de índole integralista, expressa sobretudo na revista *Nação Portuguesa*, ganhara um ascendente ideológico e político suficientemente forte para decidir por si própria marcar os tempos e vingar no futuro próximo. Aos intelectuais republicanos competiria, em resposta, definir com clareza e intransigência a sua própria visão da regeneração da vida pública e, sobretudo, reavivar o fogo e a luz do ideário democrático.

No folheto de apresentação da Empresa de Publicidade Seara Nova, encontramos uma primeira declaração sobre a orientação que se pretendia conferir ao periódico anunciado:

«A revista quinzenal de doutrina e crítica, a sair em outubro, pretende renovar a mentalidade da elite portuguesa, pondo-a em contacto com as realidades do presente e dando-lhe a consciência nítida das necessidades nacionais; criar uma falange intelectual que ponha com clareza os verdadeiros problemas a resolver, preconize as soluções mais racionais e mais práticas e se oponha ao espírito do egoísmo, do desinteresse social e da rapina que caracteriza as oligarquias dominantes; criar uma opinião pública nacional que obrigue todos, políticos e não políticos, a ter como norma o bem público, em vez dos interesses de pessoas, grupos

ou partidos; contribuir para a formação, acima das nacionalidades eternas, duma consciência internacional, capaz de dar existência a uma realização cada vez mais perfeita do conceito de humanidade.»

Como foi atributo dos programas revolucionários que caracterizaram a época, à esquerda ou à direita, a *Seara Nova* apresentava-se como a voz de um «Portugal novo com ideias novas, homens novos e processos novos», própria de uma era que habituará «o povo português ao culto da verdade e da sinceridade».

O longo artigo de abertura da edição inaugural da *Seara Nova* de 15 de outubro de 1921 não só desenvolve a orientação enunciada, como avança também com alguns propósitos que não haviam sido explicitados:

«A *SEARA NOVA* representa o esforço de alguns intelectuais, alheados dos partidos políticos mas não da vida política, para que se erga, acima do miserável circo onde se debatem os interesses inconfessáveis das clientelas e das oligarquias plutocráticas, uma atmosfera mais pura em que se faça ouvir o protesto das mais altivas consciências, e em que se formulem e imponham, por uma propaganda longa e profunda, as reformas necessárias à vida nacional.»

A degradação política da República limitar-se-ia a espelhar o letargo da mentalidade vigente no país, resultante de as elites haverem renunciado à

sua missão diretiva, e desprovido, assim, de «todas as esferas da atividade da nação de ideal, de inteligência, de capacidade criadora e de sensibilidade moral».

Contrita, face ao estado da nação, a *Seara Nova* afirmava constituir «um núcleo de homens de boa consciência e vontade enérgica dispostos a assumir perante a espoliação, a rapina, o egoísmo e a mentira nacionais uma violenta e sistemática atitude de protesto». Propõe-se defender a verdade, cujo «vento tem sido demasiado forte para nós», mas também «chamar a atenção de todo o país para as reformas necessárias e contribuir para que se crie, em torno dessas reformas, uma opinião nacional que as exija e apoie». Ambiciona, em última instância, «fundar as condições da democracia, sem as quais a República não passará de um regime de baixa mentira e indigna plutocracia».

A exigência destes propósitos radicaria, em primeiro lugar, na veemência ético-política do ideário democrático republicano. A idealização não se podia confinar ao plano da elevação espiritual contemplativa, antes seria condição tanto da nobreza da vida humana, quanto das reformas materiais por esta reclamadas. Constituiria, mesmo, o móbil vital de qualquer civilização. Idealismo e realismo convergiam, de tal modo que «a verdadeira utopia é pensar que sem ela se possa redimir qualquer país».

No plano especificamente político, a *Seara Nova* apresenta-se «à extrema-esquerda da República» como sendo radical sem ser jacobina, dirigindo os seus esforços para «a transformação do regime no sentido das mais avançadas aspirações», isto é, para a realização do socialismo.

Por fim, a novel revista declara combater todas as formas de nacionalismo e pugnar para que «se forme, acima das Pátrias eternas, uma consciência internacional capaz de resistir a novas tentativas militaristas», na perspectiva de um «arco-de-aliança duma humanidade justa e livre, realizando na paz vitoriosa as conquistas da inteligência e da vontade desinteressada!».

Nas duas declarações de princípios citadas, sobressai o estatuto aparentemente desmesurado que os articulistas da *Seara Nova* conferiram aos intelectuais, de que decalcaram o papel histórico em que se sentiram investidos e a missão redentora de que se tornaram incumbentes.

Aos homens de cultura, competiria zelar pela causa pública numa relação quase tutorial sobre os atores partidários e institucionais, já que os primeiros são apresentados como os agentes da verdade e da justiça, que agem de forma desinteressada e sem qualquer provento próprio, enquanto os segundos seriam figuras vulneráveis aos jogos da oligarquia plutocrata e à mesquinhez clientelar. Não se trataria, aliás, de uma situação circunstancial, embora particularmente nítida nos dias que corriam, mas de duas condições suficientemente distintas para se mostrarem, por norma, conflituantes entre si. A reclamação de uma autoridade política sobre os tempos não se confundia com o exercício do poder efetivo, pelo menos no contexto em que a República singrava, mas pela subordinação deste aos desígnios éticos e práticos que os homens que representariam o saber, a virtude política e a competência técnica lhe assinalariam. A pronta exclusão de Francisco António Correia do

seio dos seareiros por ter aceitado a pasta das Finanças no governo que Manuel Maria Coelho dirigiu entre 19 de outubro e 5 de novembro de 1921, as hesitações e a efemeridade da participação de António Sérgio, de Mário de Azevedo Gomes e de António Ribeiro de Carvalho no governo de Álvaro de Castro, entre meados de dezembro de 1923 e o final de fevereiro de 1924, pela cedência face a uma conveniência corporativa, e a entrada de Ezequiel de Campos, a título pessoal, no governo de José Domingues dos Santos, entre 22 de novembro de 1924 e 15 de fevereiro de 1925, comprovam a relutância em desempenhar funções executivas, mesmo quando os governos se declaravam afins aos propósitos seareiros.

Se em 1911 se pedia às várias centenas de sócios da Renascença Portuguesa a promoção de um ideário republicano renovado pela educação popular que acompanhasse o imaginário libertador da revolução, já em 1921 as circunstâncias «novas e vitais», acima referidas por Cortesão, reclamavam soluções políticas de fundo que corrigissem o descrédito em que a «Nova República Velha» tinha caído.

A compreensão do propósito de magistratura intelectual seareira obriga, porém, a superar o quadro dos debates nacionais, como facilmente se verifica se atendermos a que o final do ano de 1921 e o início do de 1922 conheceram uma controvérsia marcante entre Romain Rolland e Henri Barbusse, exatamente sobre a liberdade de espírito dos homens de letras civicamente empenhados, defendida pelo primeiro, e o seu comprometimento político efetivo, advogado pelo segundo.

Porém, a compreensão histórica próxima da condição intelectual tem de ser procurada na viragem do século XIX para o século XX, nas mutações provocadas pelo *Affaire Dreyfus*, que superou os episódios dramáticos da condenação, em dezembro de 1894, e da reabilitação definitiva do oficial alsaciano e judeu, em julho de 1906, pois representou uma atualização vigorosa do ideário e da ação republicanos.

Se atendermos tão-somente a questões de fundo cuja evocação se mostra pertinente para a leitura do programa seareiro, há cinco tópicos comuns a destacar. Em primeiro lugar, a clara distinção entre o campo dos intelectuais e a esfera do exercício do poder, a partir de uma clivagem determinada pelo confronto entre os grandes princípios morais e civilizacionais e a gestão comum dos negócios do Estado, sujeita aos compromissos decorrentes das circunstâncias. Em segundo lugar, a apresentação dos intelectuais como entidade coletiva e como representação simbólica das letras e do conhecimento, como se verificou com os peticionários *dreyfusards* e o retrato de grupo dos fundadores da *Seara Nova* serve de testemunho. Em terceiro lugar, uma argumentação centrada nos valores universais da verdade, da justiça — títulos dos dois últimos romances de Émile Zola — e da racionalidade em torno dos quais a fundamentação da *Seara Nova* aparece claramente estruturada. Em quarto lugar, a definição de uma ética intelectual, que recusa o recolhimento do homem de letras e lhe impõe o dever cívico de intervir como concidadão particularmente habilitado, a tal ponto que «o heroísmo é — ainda segundo o editorial em que a revista se

fundamentou — a palavra mais adequada para exprimir o peso enorme das suas responsabilidades». Por fim, encontramos a alusão implícita a iniciativas comuns a *dreyfusards* e a seareiros tidas por fundamentais, como a promoção da educação social através das universidades populares, que conheceram no início do século XX a sua expansão internacional, e a salvaguarda radical das garantias individuais, que foi o motivo da criação das ligas dos direitos humanos, que António Sérgio e outros seareiros irão tentar revitalizar entre nós.

Também do lado dos «monárquicos tradicionalistas», como são referidos os integralistas no artigo de apresentação da *Seara Nova*, o *Affaire* mostrou-se providencial pois foi entre os doutrinadores franceses que se bateram pela razão de Estado e contra a revisão da condenação do oficial judeu que os articulistas da *Nação Portuguesa* encontraram os *maîtres à penser* da *Action Française*, como a evocação de Charles Maurras e Léon Daudet e a inspiração recolhida nas obras dos tradicionalistas Maurice Barrès e Paul Bourget atestam.

Toda esta matéria foi discutida por Raul Proença em «Para um evangelho duma ação idealista no mundo real», artigo em dez partes publicado na *Seara Nova* entre 9 de fevereiro de 1928 e 6 de novembro de 1930, a propósito do ensaio *La Trahison des Clercs*, de Julien Benda, de 1927, centrado na tese de que os letrados cuja função é defender desinteressadamente os valores eternos, designados por *clerics*, traíram esta função em nome de paixões e de interesses de natureza racial, nacional ou classista. Embora Proença veja em Benda «um irmão espiritual», discorda da separação intranspo-

nível entre a esfera da reflexão e o mundo temporal, que conduziria, em última instância, ao isolamento dos homens de cultura. Advoga, ao invés, o dever de ação social dos intelectuais à margem da lógica de motivações particulares de grupos ou de partidos, de modo a suscitar que o progresso moral acompanhe o desenvolvimento técnico e material contemporâneo.

Esta longa exposição de pensamento político do principal impulsionador da *Seara Nova*, regressado às páginas da revista após dezoito meses de ausência, pode ser observada como o horizonte doutrinário das convicções que presidiram à fundação da revista a que o artigo de abertura do número inaugural deu uma enunciação necessariamente resumida. O próprio Raul Proença lamentou não ter publicado esta série de artigos, aliás inacabada, em livro⁵, e José Rodrigues Miguéis, jovem seareiro que lhe era muito próximo, encarregou-se de a evocar nos capítulos do romance a que deu o título *Idealista no Mundo Real*, onde a *Seara Nova* surge como *A Sementeira*, publicados em meados da década de 1960 no quinzenário de que tinha sido um dos colaboradores iniciais mais assíduos.

Que movia, então, Raul Proença, que se classificava explicitamente como um «intelectual político»?

Temos, primeiro, a concordância com Benda quanto à deserção dos letrados que se afastaram dos valores universais ao servirem causas nacio-

5 Cf. António Reis, *Raúl Proença. Biografia de um intelectual político republicano*, Lisboa, IN-CM, 2003, vol. II, p. 66.

nalistas, raciais ou de classe. Encontramos, de seguida, a convergência na convicção de que os intelectuais devem zelar pelos valores universais inscritos no legado civilizacional contemporâneo. Já as divergências com o autor francês fundam-se na crítica à circunscrição do universo dos *clercs* àqueles que teriam traído a sua condição ao colocarem-se ao serviço de causas particulares e, sobretudo, na refutação da inevitabilidade, prognosticada por Benda, do regresso dos homens de cultura ao foro de uma espiritualidade alheia à intervenção propriamente política na cidade. Para Proença, o letrado não deve fazer-se ministro do temporal, mas não pode deixar de ter preocupações e gestos temporais. Não concebe uma democracia sem a intervenção constante duma elite intelectual que lhe confira um ideário e que zele pela sua inserção prática na ordem social. Do mesmo modo, não julga possível a civilização sem uma moral universal que implique a fé numa prevalência dos valores espirituais.

Porém, o autor do «evangelho duma ação idealista no mundo real» foi muito para além destas considerações suscitadas pelo pessimismo que imputou a Benda, pois explicitou com pormenor a doutrina democrática que advogava.

Justifica-se atermo-nos a alguns dos tópicos do pensamento deste socialista liberal, como se definia, nomeadamente quando versam algumas das temáticas que foram centrais no espírito seareiro, independentemente de as teses que defendeu terem sido efetivamente compartilhadas pelos restantes redatores principais da revista ou motivo de cambiantes significativas.

Raul Proença centrou o seu pensamento político no conceito de indivíduo. A própria soberania residiria no indivíduo e não em qualquer entidade coletiva. Do mesmo modo, o Estado teria como missão fundamental assegurar uma vida livre e digna a cada um, enquanto a democracia caracterizar-se-ia por ser o regime que garantiria o máximo de direitos a todos os indivíduos. A pertinência da democracia residiria no direito individual e a sua finalidade última consistiria em assegurar o direito ao ócio, o verdadeiro fim da vida humana: «o problema verdadeiramente humano — escreveu — não consiste apenas em dar um alimento suficiente a toda a gente, mas precisamente um ócio suficiente a toda a gente, e um mínimo de supérfluo, para que todos se elevem à dignidade, à nobreza, à plenitude da vida espiritual» («Para um evangelho duma ação idealista no mundo real. (A propósito de “La trahison des clercs” de Julien Benda). VIII, Da defesa da democracia», *Seara Nova*, n.º 182, 10 de outubro de 1929).

O primado da liberdade individual na vida política teria como corolário tanto a condenação do totalitarismo fascista ou bolchevista, duas formas de tirania, quanto de outros constrangimentos da deliberação e da ação individuais, como a subjugação ao número ou à força, bem como à «vontade geral» rousseauiana e à sua expressão jacobina intolerante.

A igualdade entre os indivíduos, muitas vezes referida como igualitarismo, é o segundo conceito determinante da doutrina democrática de Raul Proença. Decorre de a dignidade comum de todos os indivíduos tornar injusta qualquer diferencia-

ção alheia à condição e ao mérito de cada um. A democracia, entendida como o regime político que garantiria o máximo dos direitos individuais, seria necessariamente igualitária. Reclamaria, pois, o socialismo, de modo a instaurar uma ordem social que salvaguardasse o exercício das liberdades individuais e facultasse a emancipação pessoal e coletiva.

O imperativo da igualdade obrigaria a repudiar o liberalismo económico vigente, que se limitaria a impor a liberdade de alguns à liberdade de todos, nomeadamente no que respeita à educação, à imprensa livre e à vida produtiva, de acordo com o despotismo argentário dos potentados constituídos. O exemplo vinha do trabalhista inglês Ramsay MacDonald, expressamente citado, cujo governo no Reino Unido coincidiu, em parte, com a publicação do artigo de Raul Proença, mas também de outros países germânicos e escandinavos, onde «o socialismo liberal se ergue como uma condição iniludível da consciência democrática e como um sério esforço para organizar a sociedade segundo normas de razão e justiça» (*loc. cit.*).

O terceiro conceito a considerar é o de ideal, pois Proença subordina a leitura das civilizações e da ação política em geral a pontos de vista de natureza ética. O grande drama da contemporaneidade consistiria em que a civilização material oitocentista não tinha sido acompanhada por um progresso moral convergente, mas, antes, pela capitulação da espiritualidade. No plano nacional e imediato, o desígnio de «protesto das mais ativas consciências» face ao «miserável circo onde se debatem os interesses inconfessáveis das clientelas e das oli-

garquias plutocráticas» com que a *Seara Nova* se apresenta no seu primeiro artigo de fundo expõe esta falência moral na sua crueza imediata. Os homens não estariam condenados à fatalidade da fortuna factual, como pretendiam os integralistas, mas seriam, antes, pessoas e comunidades que se fariam a si próprias em convergência final com a lei moral e os imperativos da razão prática; isto é, em nome de idealizações compartilhadas, como aconteceria numa de República subordinada ao bem comum. Só a vida espiritual poderia dar sentido, dignidade e dimensão à vida individual e coletiva, pelo que as elites que urgia formar seriam, em primeiro lugar, as intelectuais e, logo de seguida, aquelas que desempenhavam funções dirigentes de modo a capacitá-las para realizarem as reformas necessárias à superação da crise moral portuguesa.

A este propósito, talvez se justifique recordar o que o poeta José Gomes Ferreira, filho de Alexandre Ferreira, Diretor da Universidade Livre, onde a *Seara Nova* teve sede entre setembro de 1922 e março de 1933, escreveu a propósito do seu primeiro encontro com Raul Proença: «e nessa noite, ao evocar a figura do extraordinário homem de *pensamento em ação*, citei, como se não viesse a propósito, a célebre sentença de Barbusse na *Clarté*: “L’idée républicaine est la traduction civique de la morale; ce qui est anti-républicain est immoral”»⁶.

6 José Gomes Ferreira, *A Memória das Palavras*, 3.^a ed., Lisboa, Portugália Editora, s.d., p. 126.

É à luz destas considerações gerais que a missão imputada aos intelectuais seareiros na regeneração da República pode ser compreendida. No âmbito da história das civilizações, decorreria tanto da tradição filosófica que fez depender a virtude do saber, simbolizada por Sócrates, quanto do cristianismo, desde que este remonte à figura de Cristo. No plano imediato, obrigava os intelectuais atentos aos seus deveres sociais a tentarem impor-se na definição dos destinos nacionais, em cumprimento de ditames de ação moralizante e de orientação racional.

A criação da revista representaria, pois, um sobressalto cívico determinado a reunir e a dar voz aos homens de letras e de ciências empenhados na criação de um movimento capaz de criar uma mentalidade compartilhada racional e exigente.

As elites e a opinião pública esclarecida seriam os agentes principais deste programa de longo prazo de republicanização da comunidade nacional, sem a qual a democracia não ficaria firmada e as vicissitudes da vida política não conheceriam mudança de fundo.

Os intelectuais congregados em torno do ideário seareiro representaram, de facto, a parte mais ativa dos homens de cultura republicana da época, pelo que desempenharam a missão que Proença lhes imputou de forma exemplar, mesmo heróica, em muitos dos casos. A este propósito, é de referir que a elite almejada era concebida como sendo o somatório de diferentes elites especializadas: do pensamento filosófico e político (Proença e Sérgio), da literatura (Brandão e Aquilino), da pedagogia (Sérgio e Faria de Vasconcelos), da historiografia

(Jaime Cortesão), das ciências económicas e financeiras (Ezequiel de Campos e Quirino de Jesus), da agronomia (Mário de Azevedo Gomes), da aviação (Sarmiento de Beires) e das artes militares (Augusto Casimiro e Sarmiento Pimentel). A noção de escol abrangia ainda todos aqueles que se distinguiam nas áreas da sua atuação como operários, técnicos ou outros profissionais sabedores e competentes. Ao chamar às suas páginas representantes da razão e do saber contemporâneos em diferentes áreas de interesses e ação, a revista beneficiou de uma amplitude temática e de um ecletismo programático suficientemente amplos para se apresentar como um fórum de letrados e de especialistas desprovido de dogmatismo próprio.

Os intelectuais teriam na opinião pública o seu aliado natural. A razão que lhes assistia converter-se-ia em energia social e política por seu intermédio. A voz popular seria mesmo a principal fonte de controlo democrático da governação, o seu impulso e contrapeso natural, pois teria uma força prática muito mais considerável do que a divisão institucional dos poderes. A boa compreensão desta aliança entre as elites e o discernimento coletivo obriga a ter presente que os jornais, em que a vocação política e partidária tendia a sobressair, conheceram também no Portugal das primeiras décadas do século XX tiragens que não voltaram a ser alcançadas. O «círculo social sobre que o letrado hoje atua — escreve Raul Proença, ainda em “La Trahison des Clercs”, de Julien Benda» — é ao mesmo tempo infinitamente mais vasto e infinitamente mais influente que outrora», pois viver-se-ia na *atmosfera* própria «do acesso das multidões à vida

política, do desenvolvimento gradual da sua cultura, do progresso de todos os meios de comunicação, da propagação rápida e difusa das ideias pelo jornal, pelo livro, pela conferência».

Porém, o grande instrumento da democratização perdurável da República seria, para os seareiros, a reforma da educação. A defesa da demopédia que lhes é frequentemente imputada inscreve-se na longa tradição que faz depender a constituição da comunidade política republicana da propagação social das Luzes. Só por intermédio da formação cultural seria possível elevar os indivíduos à condição de cidadãos autónomos e esclarecidos, nomeadamente atores cónscios dos seus direitos e dos seus deveres. Não admira, pois, que a questão central da reforma educativa tenha suscitado, entre os seareiros, reflexões muito distintas e propostas muito variadas. Estas vão da organização da instrução pública à Junta Propulsora dos Estudos vocacionada para a especialização científica no estrangeiro, do lugar das universidades populares às centenas de livros de divulgação editados, bem como, no plano especificamente pedagógico, à divulgação dos métodos ativos que facultariam a autonomia dos escolares, próprios da Escola Nova, domínio em que quatro dos articulistas mais destacados — António Sérgio, Faria de Vasconcelos, José Rodrigues Miguéis e Irene Lisboa — se especializaram na Suíça e na Bélgica.

Apesar de o papel decisivo imputado pelos seareiros às elites na regeneração da vida política nacional poder aparentar semelhança com aspetos da sua teorização por parte dos seus contemporâneos Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Max Weber, nada

indica que as obras destes sociólogos da crise que os sistemas demoliberais atravessaram fosse do seu conhecimento. De qualquer modo, a perspectiva desenvolvida por Raul Proença, assente na meritocracia e na ação da opinião pública sobre o poder político, perfila-se em clara oposição às conceções que afastavam a classe governante das massas populares segundo uma perspectiva antidemocrática e antissocialista.

Numa revista que sempre se quis plural, a orientação geral exposta pelo seu primeiro doutrinador exprime necessariamente tanto as grandes convicções compartilhadas como argumentos próprios, pelo que, se é possível identificar o espírito seareiro comum nos textos citados, também é certo, como já foi sugerido, que nem todas as teses expostas mereceram consenso específico.

Basta atendermos ao modo como António Sérgio, que ombreou com Raul Proença na definição do ideário seareiro, enunciou, em 1925, a convicção de triunfo social da razão para o verificar:

«A única soberania para o verdadeiro democrata — é a soberania da Razão; e quando o povo deseja coisas contra a Razão, o nosso dever de democratas é não reconhecer ao povo soberania alguma, e contrariá-lo, e emendá-lo. Democracia não é demagogia, mas sim demopédia, educação do povo, como dizia Proudhon» («Soberania do povo», *Seara Nova*, n.º 47, julho de 1925).

Embora Raul Proença considerasse a razão como uma, e não concebesse a possibilidade de esta

aportar a conclusões distintas e igualmente fundamentadas, a sua sensibilidade liberal tendeu a refrear as considerações que não conciliassem a legitimidade racional com os procedimentos democráticos.

Esta ressalva de fundo doutrinário não significava, porém, menor radicalidade quanto à missão prática dos homens da *Seara Nova*, por Sérgio assim descrita:

«Ser *seareiro* deve impor uma moralidade cívica acima da normal, uma moralidade cívica heroica, por assim dizer; se assim não fizermos, seremos tão bons como os maus políticos, só com a agravante de uma muito maior hipocrisia. Onde quer que esteja um *seareiro*, deve haver seriedade; um *seareiro* deve ser um fiscal. Ou impõe a moralidade, ou, se não o consegue, retira-se protestando diante do público. Esta deve ser a nossa regra. Assim, pelo menos voto eu. A presença de um *seareiro* em um serviço deve significar, para o público, uma garantia de moralidade, a existência de uma fiscalização.»⁷

Na década seguinte, António Sérgio foi bem mais longe na renovação e especificação do ideário socialista até então exposto. Na «Era da Distribuição da Abundância», proporcionada pelo desenvolvimento técnico que permitiria pôr fim à penúria milenar, a associação em cooperativas sobressairia

7 Carta de António Sérgio a Luís da Câmara Reis, 1 de abril de 1929 (Arquivo documental de João Luís Lisboa).

como alternativa ética ao capitalismo. O movimento cooperativo, assente nas cooperativas de consumo, associadas às de produção e às *régies* de serviços públicos, permitiria substituir o individualismo burguês, fundado no lucro, dado como caduco, por uma sociedade baseada na cooperação, na reciprocidade, na solidariedade social e no bem-estar comum. Para o Conselho Superior das Cooperativas de Consumo, constituído num processo que ia da base para os órgãos nacionais, estariam reservados o planeamento da vida económica interna e a administração do próprio comércio externo.

Numa revista que pretendia promover a exposição e os debates doutrinários pertinentes para o combate à ditadura e, ao mesmo tempo, a resposta aos grandes desafios dos tempos, sem se tornar o órgão de uma só doutrina, o espírito seareiro acabou por se condensar numa axiologia liberal e democrática vivida tanto como idealização social, quanto como atitude política intransigente e abnegada.

Manuel Rodrigues Lapa assinalou-o, em jeito de balanço, por ocasião da publicação do número mil: «se não há um programa escrito, há um brevíário invisível, tecido de regras fundamentais que se impõem à consciência de todo o seareiro («O muito falado e inexistente programa da “Seara Nova”», *Seara Nova*, n.º 1000-1007, de 26 de outubro de 1946).

Volvida quase década e meia, as palavras de Luís da Câmara Reis, editor e gerente, de facto, da revista desde 1921, foram no mesmo sentido, em artigo evocativo do cinquentenário da República e de homenagem a Jaime Cortesão, recentemente falecido:

«O que congregou e congrega e une ainda hoje os “seareiros”? O desejo do bem comum, o culto da liberdade, o amor da pátria conjugado a um espírito de pacifismo universal, a moral aceite e praticada, a aspiração da justiça social, duma ampla igualdade económica, o combate simultâneo à plutocracia e à demagogia, a educação laica, generalizada e assegurada ao povo, a fidelidade à república e à democracia, o horror ao conformismo, ao fascismo, à violência. Poderá ser como que um breviário do “seareiro”» («Passado e presente da “Seara Nova”», *Seara Nova*, n.º 1378-1380, de setembro-outubro de 1960).

Estas descrições gerais transportavam consigo o legado cultural e político de uma revista que conquistara uma autoridade moral ímpar assente na integridade cívica do seu percurso de quarenta anos. Embora marcada por muitíssimas vicissitudes, a *Seara Nova* tornara-se o símbolo dos valores ético-políticos que idealizara para o mundo real.

O sopro de heroísmo reclamado pelo espírito seareiro não constituiu, pois, uma das muitas figuras da retórica dos fraseados republicanos. A memória de Jaime Cortesão e de Câmara Reis, mas também a da generalidade daqueles que os acompanharam desde os tempos da Biblioteca Nacional, comprovaram-no, a tal ponto que «seareiro» passou não só a ter inscrição nos dicionários, mas também, e sobretudo, a ser sinónimo do homem de letras para quem o cultivo da liberdade individual, do saber amadurecido, da exigência ética e do combate pela democracia constituíram a razão de ser de toda a sua vida.

	Artigos	1921 - 1923	1924 - 1926	1927 - 1929	1930 - 1932	1933 - 1935	1936 - 1938	1939 - 1941
António Sérgio	311	28	98	30	20	46	59	11
Fernando Lopes-Graça	283				4	5	8	81
Luís da Câmara Reis	251	50	51	40	11	15	11	30
Augusto Casimiro	237	14	1	7	6	7	20	64
Raul Proença	228	66	78	8	27	1	5	8
Adriano de Gusmão	199							
João Pedro de Andrade	183						1	9
Irene Lisboa	177			14	20	2	48	46
José Bacelar	168						18	44
Sant'Anna Dionísio	156			1	7	18	23	10
Emílio Costa	139	1	12	12	7	7	7	36
Roberto Nobre	116		1	4				17
José Rodrigues Miguéis	108	6	25	29	3		1	6
Adolfo Casais Monteiro	106			1	2	1	3	62
Jaime Cortesão	93	19	23	3	6	4	5	11

Distribuição trianual das colaborações dos quinze autores que publicaram maior número de peças na *Seara Nova*.

1942 - 1944	1945 - 1947	1948 - 1950	1951 - 1953	1954 - 1956	1957 - 1959	1960 - 1962	1963 - 1965	1966 - 1968	1969 - 1971	1972 - 1974	1975 - 1977	1978 - 1980	1981 - 1984
	1		3	1	1		1		9	3			
94	73	8	1					2	4	3			
4	3	8	4	5	11	6	1		1				
19	7	6	3	8	5	11	37	22					
5	1	11	6	6		1	1		1	1	1		1
96	90	10	2	1									
61	55	35	14	6	2								
20	19		5	3									
42	19	32	7	6									
8	5	18	15	25	7	18	1						
18	15	12	10			1					1		
36	37	17	3			1							
2	5	4	2	2		1	16	5	1				
17	2	12	6										
2	5	4	4	4			1		2				

Os seareiros

A *Seara Nova* foi, basicamente, obra de Raul Proença, António Sérgio e Luís da Câmara Reis.

Estes três intelectuais estiveram nos primórdios da revista, distinguiram-se como seus redatores principais e dirigiram a publicação, sucessivamente, durante quatro décadas.

Cada um foi responsável por um ciclo editorial. A orientação vibrante imprimida por Raul Proença salientou-se entre 1921 e 1931, quando este viu o impedimento por doença juntar-se à expatriação; a personalidade de António Sérgio impôs-se até 1939, ano em que abandonou o título; e o empenho de Luís da Câmara Reis superou a sua morte, em 1961, pois tinha encerrado o terceiro ciclo da história do periódico em meados da década de 1950 e encetado, de seguida, a quarta etapa da publicação, com uma orientação e um corpo redatorial renovados, que fez o seu percurso até 25 de Abril de 1974.

A *Seara Nova* deve o seu republicanismo visceral ao ânimo de Raul Proença. Foi o autor do programa com que o título se apresentou, o crítico sistemático do integralismo e da ditadura militar, o

doutrinador e o combatente da democracia, da sua ética e das suas batalhas heroicas. Câmara Reis chamou-lhe «o cérebro e a espinha dorsal»⁸ da revista, que «vertebrou, por assim dizer, o idealismo republicano». Rodrigues Miguéis tratou-o como «ídolo e mestre»⁹.

Proença desdobrou o seu afã em artigos, notas, comentários, num total de 228 registos, sempre de acordo com a difícil arte de conjugar o rigor e o saber com a cidadania militante nos tempos agrestes que atravessou.

Além das peças que definiram a orientação editorial da publicação e das numerosas réplicas nas polémicas em que se envolveu, a sua pena fez sobressair a maturidade do seu pensamento político, nomeadamente nas longas séries de artigos intituladas «Acerca do Integralismo Lusitano», publicadas, mais tarde, em livro, e «Um idealista no mundo real», que lamentou não ter coligido em obra autónoma.

Sob a vigência do autoritarismo militar saído do golpe de 28 de Maio de 1926, Raul Proença ergueu a sua voz em panfletos com aparição irregular. No primeiro e mais relevante — *Ditadura Militar. História e análise de um crime* —, fez constar que todos os que «quiserem adquirir exemplares desse número ou dos subsequentes devem dirigir-se a Raul Proença, Seara Nova, Praça de Luís de Camões, Lis-

8 Câmara Reis, *As Questões Morais e Sociais da Literatura*. VI. *Raul Proença*, Lisboa, Seara Nova, 1943, pp. 178 e 235.

9 José Rodrigues Miguéis, *Uma Flor na Campa de Raul Proença*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, p. 12.

boa». Como se tratava de edições clandestinas, esta audácia, compartilhada obviamente pela sua Empresa de Publicidade, não apresentava chancela editorial.

Volvida mais de uma década, as Edições Seara Nova coligiram, em gesto de inequívoca homenagem, alguns dos artigos que Proença tinha dado à impressão na revista, classificados como «mais serenos», nos dois volumes de *Páginas de Política*, datados de 1938 e 1939. O estado de saúde não lhe permitiu prefaciá-los a primeira destas antologias, mas possibilitou-lhe escrever um extenso prómio para a segunda, que contém a sua autobiografia intelectual e política nos anos 20 e 30.

Entre os artigos que Proença selecionou para reprodução neste segundo volume, conta-se aquele em que saudou a chegada de António Sérgio à direção, apresentado como «o espírito mais lúcido, mais penetrante e mais sólido da moderna geração, o homem que, nos seus admiráveis *Ensaio*s de 1919, fez a crítica do pensamento nacional, o inventário das nossas mais perigosas ilusões e das nossas mentiras mortais, o processo minucioso do nosso escol, e marcou algumas das diretrizes fundamentais a realizar»; por estes motivos, não se poderia «ocultar que esta adesão preciosíssima representa o maior trunfo ainda obtido pela *Seara Nova*» («“Seara Nova” — Remodelação», n.º 22, abril de 1923).

Com o regresso de Sérgio do Brasil, a instâncias de Proença, a revista passou a ter por mentores duas figuras com formação e traquejo intelectuais ímpares, ambos no acme da vida, genericamente convergentes quanto à orientação doutrinária e ao

combate político, embora com personalidades muito distintas.

Como ensaísta, Sérgio foi sobretudo um pensador que associou a indagação e a criatividade interpretativas à sua própria identidade. O leque de interesses deste «prosador de ideias» estendeu-se da pedagogia, enquanto estudioso e propagandista da Escola Nova, à interpretação histórica, nomeadamente da crise de 1383-1385 e do papel dos estrangeirados; da filosofia racionalista de Platão, Descartes, Espinosa e Kant à vulgarização científica; da escrita poética, com o pseudónimo de Álvaro de Clarival, à organização cooperativa, através da tradução e promoção do programa recebido de Charles Gide; da doutrina política, designadamente sobre a democracia, à interpretação literária, desde logo da poesia de Antero de Quental, mas também de Camões ou de Junqueiro.

De acordo com uma convicção que sublinhou com regularidade, Sérgio procurou ser fiel à perspectiva de que a cultura, a liberdade e a *polis* se constroem como processos individuais e comunitários problematizantes e vitais.

Recordou-o, por exemplo, na quingentésima edição da revista: «considerarei sempre a “Seara Nova” um campo de treino intelectual e cívico, nunca um partido, ou “escola”, de doutrina de lineamentos fixos». E acrescentou: «tal carácter dogmático, aliás, seria inteiramente incompatível com a nossa conceção de Democracia, a qual é para nós-outros um *movimento* e não uma forma definitiva das instituições políticas de um povo. Democracia é, para o seareiro, um movimento de transformação das instituições públicas no sentido de permi-

tirem cada vez mais, a um número de homens cada vez maior, a afirmação máxima da *pessoa*» (*Seara Nova*, n.ºs 500-503, de 1 de abril de 1937).

O magistério do autor que subscreveu o maior número de peças na revista fez-se sentir fortemente quer junto da generalidade dos homens de letras do seu tempo que lhe reconheceram dotes invulgares de pensador culto e versátil, quer entre os primeiros seareiros, como Mário de Azevedo Gomes e Castelo Branco Chaves, quer em articulistas de gerações sucessivas que tomaram a *forma mentis* e as teses que publicitou por referências inspiradoras, como Henrique de Barros, João Barahona Fernandes, Álvaro Salema, Joel Serrão, Vitorino Magalhães Godinho e Rui Grácio, entre muitos outros, deixaram testemunhado.

Durante a década de 1930, António Sérgio foi a alma da revista. A doença fez com que o derradeiro artigo de Raul Proença ficasse, por este, datado de 18 de outubro de 1931, pelo que a responsabilidade da orientação doutrinária lhe ficou, no essencial, confiada. Primeiro, à distância, por motivo de dois exílios, e, a partir de meados da década, de forma direta, embora numa relação difícil com Luís da Câmara Reis, editor e administrador inamovível do empreendimento comum.

No final do decénio, as divergências entre estes dois criadores do periódico agudizaram-se por três ordens de razões. Embora fosse coeditor, Sérgio sentiu-se suficientemente constrangido pela orientação que era imprimida à publicação, então semanal, para vir a propor, em março de 1939, a criação de uma segunda revista — *Caderno da Seara Nova* — mensal e mais teórica, em que os seus pon-

tos de vista não se encontrassem — na natureza e extensão dos artigos, como os que dedicara à crítica do bergsonismo, na crítica ao jacobinismo, na aproximação a católicos de esquerda, na subjugação a alvitres dos leitores — cerceados. Simultaneamente, reclamava que a sociedade e a publicação se constituíssem como entidades distintas, por julgar que a autonomia da *Seara Nova* estava comprometida, na medida em que a maioria do capital da empresa transitara para titulares alheios ao grupo. Algumas desavenças crónicas, mas então em fase aguda, como a que o opôs a José Augusto Sant’Anna Dionísio, que julgava desprovido dos requisitos próprios de um seareiro, completavam o seu estado de espírito dissidente.

A 2 de junho de 1939, Sérgio comunicou ao Diretor-Gerente da Empresa de Publicidade Seara Nova, Câmara Reis, que decidira afastar-se das funções de coeditor, gesto que redundou no seu abandono da revista. Foi, então, acompanhado por Mário de Azevedo Gomes, Castelo Branco Chaves, José Régio, Agostinho da Silva, Álvaro Salema e Victorino Magalhães Godinho.

Como responsável corrente pela publicação da revista, Câmara Reis tornou-se o eterno pomo das desavenças, de fundo ou circunstanciais, que cruzaram as diferentes sensibilidades do amplo leque de colaboradores que tinha sabido atrair à publicação.

Como administrador da empresa, a gestão do editor da revista foi acusada, por unanimidade, de incúria e de irresponsabilidade ostensivas.

O desabono geral não impediu, porém, o gerente perene da publicação de ser bem-sucedido no

desempenho do papel em que se investiu, pois soube vencer cada uma das crises com que se viu confrontado pelos seus pares, como a que o opôs a Sérgio, pela Censura, que tornava a edição da revista um conflito áspero e oneroso, pelo sufoco financeiro da empresa, sempre recorrente, salva, muitas das vezes, com o socorro de particulares (em que os contributos de Ema da Câmara Reis, sua mulher, avultaram).

Sem a estatura doutrinária ou a verve polémica de Raul Proença ou de António Sérgio, Luís da Câmara Reis distinguiu-se, pois, não tanto como publicista de vasta cultura, que subscreveu duas centenas e meia de peças, mas sobretudo pela dedicação integral, e *sui generis*, que a gestão editorial, administrativa e empresarial da obra conjunta lhe mereceu.

Senhor de um espírito muito peculiar, que cultivava com o libertário Emílio Costa, Câmara Reis não só reconheceu a justeza das críticas que visaram o seu manejo, como justificou seguir a máxima de não ser prudente como um conselho sábio e audaz recebido de Anatole France, peticionário *dreyfusard* e mestre socialista laureado com o Nobel da Literatura em 1921.

«Têm-me consentido — escreveu — na gerência, por uma razão perentória, imperativa: não se arranja facilmente quem me substitua. Por isso sou alvo de acusações graves. Que manifesto o maior desdém pelos “superavits”. Que sou imprudente. Que ignoro a contabilidade e contrario os imortais princípios do “deve e haver”. E, aqui para nós, tudo isto é ver-

dade. Eu nunca esqueci e deixei de seguir um conselho que Anatole France deu aos estudantes do Bairro Latino (...): “E, sobretudo, não sejam prudentes!” Foi o princípio que adoptei como norma segura da minha administração. Nunca fui prudente. Assusto constantemente o nosso guarda-livros. (...) E já agora permitam uma afirmação orgulhosa: se a *Seara* tivesse sido administrada com prudência, há muito teria deixado de existir, ou de ter uma razão de existir» («Na festa do n.º 1000 da “Seara Nova”», n.º 1008, 16 de novembro de 1946).

À irreverência, ao exercício idiossincrático da autoridade e aos recursos familiares do autor de *As Questões Morais e Sociais na Literatura* — que foi também o professor liceal que alertou Rodrigues Miguéis, Manuel Mendes, José Gomes Ferreira e Mário Dionísio para o cultivo da escrita —, ficou a *Seara Nova* a dever a sua longevidade.

A orientação que Câmara Reis imprimiu à revista manteve a constância dos seus desígnios programáticos, embora a elasticidade eclética de que deu mostras — exemplificada na publicação da colaboração do já citado Sant’Anna Dionísio — tenha sido motivo de reparos contínuos.

No plano editorial, Câmara Reis, com interesses mais culturais do que doutrinários, tendeu a subalternizar a exposição e o debate conceptuais, como a supressão do subtítulo «revista de doutrina e crítica», em dezembro de 1941, sugere. Sobrelevou, de seguida, a atenção dedicada à atualidade política, desde logo à evolução da Segunda Grande Guerra e às campanhas da Oposição contra o Sala-

zarismo no pós-Guerra, por vezes com a publicação de suplementos específicos. Fez sobressair, igualmente, o acompanhamento da vida literária e artística, domínios em que o segadouro censório era menos cerceador e em que a revista dispôs, ao longo da sua história, de um escol de colaboradores muito prestigiado.

Após a sua morte, Augusto Casimiro sucedeu-lhe como Diretor da *Seara Nova*. Casimiro tinha-se distinguido como poeta, mas também como articulista, sobretudo em matérias relacionadas com a formação e a vida de militar, desde a evocação dos campos da Flandres até a análise regular do curso da Segunda Guerra Mundial. Com o seu falecimento, em 1967, encerrou-se o ciclo dos responsáveis pela *Seara Nova* que tinham participado na sua fundação.

Vindo dos tempos iniciais, embora alheio ao círculo fundador, Manuel Rodrigues Lapa dirigiu a revista entre abril de 1973 e dezembro de 1974. Vasco Martins, cujo nome foi recusado pelas autoridades policiais para o cargo, foi, então, Subdiretor. A este filólogo notável, a *Seara Nova* tinha ficado a dever não só algumas dezenas de estudos literários, mas também uma parte muito significativa das suas edições de clássicos das letras nacionais, que prefaciou e anotou com êxito assinalável, mas também provento seguro, pois serviam de material antológico em cursos liceais. Luís Filipe Lindley Cintra tomou-o por referência maior e considerou-se, mesmo, discípulo deste professor que havia sido expulso das universidades portuguesas, em 1935, por ditame salazarista («Rodrigues Lapa», n.º 1460, de junho de 1967).

A par dos intelectuais que orientaram a *Seara Nova* por mais de meio século, encontramos muitas dezenas de outros responsáveis, redatores e colaboradores regulares a cuja dedicação se devem tanto o grosso dos conteúdos da revista quanto o desempenho de tarefas quotidianas indispensáveis à sua publicação.

A identificação destes seareiros, obviamente tão decisivos para o sucesso do empreendimento quanto os seus diretores, *de jure* ou *de facto*, nem sempre é óbvia pois necessita de atender a critérios formais, como os que respeitam à distribuição de cargos na empresa e na redação, e a critérios materiais, que atentem na relevância das peças publicadas e nos testemunhos sobre o papel desempenhado por cada um nos diferentes ciclos do periódico.

Nos anos do Estado Novo, esta dificuldade foi adensada por o desempenho das funções diretivas estar sujeito a aprovação oficial, o que obrigou a que as suas atribuições fossem determinadas, frequentemente, por opções circunstanciais.

Embora com o risco de omitir algumas figuras relevantes na *Seara Nova* e de cruzar a ténue linha que separou os colaboradores imbuídos da orientação programática da revista de autores que lhe foram marginais, é possível definir o universo dos seareiros a partir da conjugação dos cargos que desempenharam com os registos disponíveis acerca dos contributos que facultaram ao periódico, muitas das vezes como redatores principais. À parte, fica o quase lendário secretário, e factótum, Manuel Ricardo, a que a Empresa de Publicidade Seara Nova, que empregou várias dezenas de fun-

cionários, homenageou segundo o modelo consagrado de jantar e convívio concorridos.

Além dos já citados Raul Proença, Câmara Reis e Augusto Casimiro, o Corpo Diretivo da *Seara Nova* contou, nas primeiras vinte e uma edições da revista, publicadas entre outubro de 1921 e março de 1923, com Aquilino Ribeiro, Faria de Vasconcelos, Ferreira de Macedo, Jaime Cortesão, José de Azeredo Perdigão e Raul Brandão. Por ocasião do ingresso de António Sérgio e com a justificação «de uma maior unidade de doutrina e de um *controle* mais efetivo de todos os artigos destinados a publicação», Aquilino Ribeiro, Ferreira de Macedo, José de Azeredo Perdigão e Raul Brandão abandonaram este órgão colegial, no qual vieram a ingressar Mário de Azevedo Gomes e Sarmento Pimentel (n.º 34, de 9 de abril de 1924) e Sarmento de Beires (n.º 43, de 15 de março de 1925). Faria de Vasconcelos deixou de constar no decorrer do ano seguinte (n.º 43, de 15 de março de 1925), o mesmo vindo a suceder com Sarmento de Beires (n.º 280, de 7 de janeiro de 1932). Sérgio e Azevedo Gomes saíram formalmente em 1940 (n.º 662, de 20 de abril de 1940), Proença, por morte, no ano seguinte (n.º 719, de 24 de maio de 1941), altura em que passou a constar no cabeçalho do título como «Antigo Diretor». Cortesão saiu, mas regressou volvidos três anos (n.º 970, de 6 de março de 1946, ao n.º 1118, de 11 de junho de 1949). A referência ao Corpo Diretivo foi suprimida por ocasião da profunda transformação que Câmara Reis e Manuel Sertório imprimiram à revista no segundo lustro da década de 1950 (n.ºs 1347-1348, de janeiro-abril de 1958).

Aos seareiros do Corpo Diretivo, pouco chamados a participar, sob este estatuto, no empreendimento comum, é necessário somar os nomes daqueles que figuraram no cabeçalho do título igualmente como seus responsáveis. António Sérgio surgiu como Diretor Delegado (n.ºs 392 a 618, de 7 de junho de 1934 a 17 de junho de 1939), período durante o qual Câmara Reis constou como o Editor. Logo após a demissão de Sérgio, Reis passou à condição de Diretor, e José Bacelar à de Editor (até aos n.ºs 1345-1346, de novembro-dezembro de 1957). Ao longo de 1956 e 1957, Armando Adão e Silva constou como o Diretor-Adjunto (n.ºs 1311-1314 a 1345-1346.). Como já se aludiu, Manuel Serfório passou a figurar como Diretor-Adjunto e Editor, entre janeiro de 1958 e novembro de 1959 (n.ºs 1347-1348 a 1369). Julião Quintinha assumiu então as funções de Editor (até ao n.º 1479, de janeiro de 1969). Entretanto, Augusto Casimiro respondeu como Diretor (n.ºs 1393-1394 a 1464, entre novembro de 1961 e outubro de 1967). Rogério Fernandes acompanhou-o como Diretor-Adjunto (n.º 1396, de fevereiro de 1962) e substituiu-o após a sua morte (n.º 1465, de novembro de 1967). Seguiu-se-lhe Augusto Abelaira como Diretor e Editor (n.ºs 1480 a 1527, de fevereiro de 1969 a janeiro de 1973). Vasco Martins surgiu, então, como Diretor-Adjunto, cargo que continuou a desempenhar na Direção de Manuel Rodrigues Lapa (que se estendeu até ao n.º 1550, de dezembro de 1974). Figurará, ainda nesta condição, durante a edição seguinte, que teve José Garibaldi por Diretor, momento em que se demitiu da função. Garibaldi surgiu, então, como responsável pela revista (do n.º 1551 até aos

n.ºs 1594-1595, de agosto-setembro de 1978), embora com um breve hiato, em que foi substituído por Manuel Gusmão (n.º 1560 e n.º 1561, respetivamente de outubro de 1975 e de novembro de 1975). As subsequentes edições anuais, até dezembro de 1984, tiveram Ulpiano do Nascimento por Diretor e Blasco Hugo Fernandes por Vice-Diretor. A II série do título, já na dependência da Associação Cultural Intervenção Democrática, foi dirigida por Ulpiano do Nascimento, até à sua morte, em agosto de 2012, por Levy Baptista, até ao número datado da primavera de 2019, e por João Luiz Madeira Lopes, após esta última ocasião.

A observação do universo dos seareiros pressupõe considerar, como já foi referido, aqueles que se destacaram como articulistas de mérito reconhecido ou pela dedicação e argúcia que colocaram na colaboração em secções ou, mesmo, tarefas regulares.

A simples consulta dos registos estatísticos das peças publicadas em cada um dos cinco ciclos em que a evolução do periódico se desenrolou possibilita identificar a maioria destes colaboradores relevantes, embora desprovidos de cargos formais.

No período anterior à Ditadura Militar, sobressaíram quatro jovens seareiros, cuja história pessoal irá ficar ligada à revista e às suas vicissitudes: José Rodrigues Miguéis, escritor, Mário de Castro, advogado, David Ferreira e Manuel Mendes, publicistas.

Um pouco mais velhos, e igualmente sem funções diretivas, encontramos Hernâni Cidade, historiador da literatura, Emílio Costa, publicista ácrata, e Sebastião José da Costa, militar.

À margem do grupo seareiro, mas com intervenção convergente e muito considerada por este, temos os escritos económicos e financeiros de Ezequiel de Campos e de Quirino de Jesus.

Nos anos trinta, a revista chamou a si um leque extenso de novos colaboradores, por regra no início da vida adulta, que passaram a tomar as suas páginas como tribuna regular. Irene Lisboa, escritora e pedagoga, empreendeu a publicação de mais de centena e meia de artigos. Castelo Branco Chaves, ensaísta, veio a subscrever quase sete dezenas de notas e críticas literárias. Álvaro Salema, ensaísta e professor, contribuiu com meia centena de artigos. Rodrigues Lapa e Agostinho da Silva foram responsáveis por numerosos estudos filológicos. Ainda no domínio das letras, avulta a colaboração de Manuel Teixeira Gomes, generoso amigo da *Seara Nova*. Ao mesmo tempo, Adolfo Casais Monteiro, com mais de uma centena de textos, João Gaspar Simões, com três dezenas, e José Régio, com 19, atestaram a colaboração destas três figuras maiores da *Presença*. A partir de 1937, sobressaem os artigos de José Bacelar, médico e publicista, José Neto Soares, publicista e empresário que se transferiu para a América do Norte, e Alberto Candeias, biólogo e oceanógrafo.

A observação dos dados respeitantes às peças publicadas nas décadas de 1940 e 1950 atesta a colaboração muito regular de críticos e estudiosos conceituados da vida artística, como Adriano de Gusmão, Humberto de Ávila, a par de Roberto Nobre e João Pedro de Andrade, a que vieram somar-se os contributos de autores de formação neorrealista como Fernando Lopes-Graça, João José Cochofel,

Mário Dionísio, Carlos de Oliveira e Vergílio Ferreira. José-Augusto França e Carlos Eurico da Costa mostraram-se colaboradores regulares, enquanto Emmanuel Nunes, Mário Cesariny de Vasconcelos ou Alexandre O'Neill só episodicamente viram o seu nome impresso.

A renovação da *Seara Nova* que teve lugar nos finais dos anos 50, encabeçada por Manuel Sertório, foi obra de uma nova geração de colaboradores, em que sobressaíram Rui Cabeçadas, Nikias Skapinakis, Carlos Prazeres Ferreira, Vasco Martins, Augusto Abelaira, António Lopes Cardoso, Mário Sotomayor Cardia, Nuno Brederode Santos, Alberto Ferreira, Carlos da Veiga Pereira, que se juntaram a Alfredo Margarido, Pedro da Silveira e José-Augusto França, e a que vieram reunir-se Mário Ruivo, Henrique Ruivo, Rogério Fernandes, José Hipólito, José Manuel Tengarrinha, Augusto da Costa Dias, Urbano Tavares Rodrigues e Jorge Peixinho. Na segunda parte da década, os economistas Sérgio Ribeiro, Gilberto Lindim Ramos e Francisco Pereira de Moura deram sequência às temáticas económicas, que atravessaram o conjunto da revista em artigos dispersos mas numerosos. Alberto Pedroso, António Reis, José Saramago, Mário Ventura Henriques e Albano Lima integraram esta segunda vaga de novos articulistas regulares.

Após o ano de 1974, a colaboração na revista tornou-se invulgarmente disseminada e, por vezes, difícil de atribuir. O único autor que subscreveu mais de duas dezenas de artigos foi Fernando Guerreiro, boa parte dos quais dedicados à crítica cinematográfica. Blasco Hugo Fernandes, Augusto Costa Dias, Henrique Ruivo, Urbano Tavares Ro-

drigues e Alberto Pedroso continuam a publicar, mas com grande irregularidade.

Embora a atividade editorial dos autores seareiros se tenha dividido entre a colaboração na revista e outras publicações com a mesma chancela, não iremos considerar, neste estudo introdutório, nem as centenas de originais e, secundariamente, de traduções que a Empresa de Publicidade Seara Nova deu à estampa sob a forma de caderno ou de livro, nem as relações muito próximas que podem discernir-se entre estas duas vertentes da sua atividade que, sendo distintas, se mostraram também claramente complementares.

Igualmente em falta — e também pela extensão que o seu estudo específico requereria —, fica a atenção devida aos ilustradores e aos outros artistas gráficos seareiros, entre os quais se incluem muitos dos nomes mais representativos do século XX, de Leal da Câmara e Tagarro a João Abel Manta e Sam, passando por Maria Keil, Jorge Barradas, Lima de Freitas e Rogério Ribeiro, entre muitos outros¹⁰.

10 A este propósito, veja-se o catálogo da exposição «Os Ilustradores da Seara Nova», comissariada por António Ventura (Maria Luísa Garcia Fernandes (coord.), *Seara Nova: Textos e contextos — Razão. Democracia. Europa*. Casa-Museu Abel Salazar e Câmara Municipal de Matosinhos, 1998).

A política seareira

A atividade cívica dos seareiros desenvolveu-se num quadro de agitação permanente, de tal modo foi ditada pela necessidade de resposta a circunstâncias adversas e por imperativos instantes e dramáticos.

Embora a publicação da *Seara Nova* tenha decorrido de forma autónoma, assegurada por Luís da Câmara Reis e por colaboradores que chamou para junto de si, o grupo que se reunira em torno da revista viveu, ao longo dos tempos, uma história dupla, em que à vertente editorial adicionou, e sobrepôs frequentemente, uma denodada atividade política.

Como é sabido, o sentimento trágico que acompanhou os seareiros fez-se sentir logo quatro dias após a edição inicial da revista, na «noite sangrenta» de 19 de outubro de 1921, quando António Granjo, chefe do governo demissionário, António Machado dos Santos e José Carlos da Maia, heróis maiores do 5 de Outubro, foram, entre outros homens públicos, assassinados, na sequência de um golpe militar de radicais republicanos executado pela Guarda Republicana e pela Marinha.

O governo presidido por António Granjo tinha sido o vigésimo sétimo de uma República que até 28 de Maio de 1926 iria conhecer ainda mais doze ministérios.

A «Nova República Velha», com que os seareiros se confrontavam, deixara-se enlear num emaranhado de teias políticas e institucionais aparentemente insuperável, mesmo quando sobressaíram forças partidárias da esquerda republicana predispostas a encetar novos caminhos.

O propósito primeiro do «esforço de alguns intelectuais, alheados dos partidos políticos mas não da vida política para que se erga (...) uma atmosfera mais pura em que se faça ouvir o protesto das mais altivas consciências», com que a *Seara Nova* se apresentou, realça tanto a óbvia pertinência da sua iniciativa, quanto o ambiente criado pelas oligarquias, as clientelas e os bonzos partidários.

A questão magna colocada aos homens da *Seara Nova* era, pois, a de esclarecer como pretendiam reformar a República de modo a converter o seu ideário moral em ação política. A autoridade ética e a competência técnica podiam ser-lhes reconhecidas mas não resolveriam, por si só, o problema de saber como agir de forma a superar a crise geral do regime através da execução de medidas que possibilitassem o seu saneamento.

A intervenção intelectual quando concebida como programa geral, e não como ação suscitada por causas concretas e circunstanciais, como os *affaires*, comporta, por regra, o problema delicado da definição dos meios da sua efetivação no mundo real, especialmente quando se evita submeter a salvação pública à imposição jacobina da virtude.

A doutrinação e a crítica são relevantes no plano das ideias, mas carecem de recursos políticos práticos e próximos, já que a educação popular e a reforma das mentalidades são instrumentos de médio e longo prazo incapazes de intervir nas contendas públicas quotidianas.

Se perguntarmos quais os meios políticos de que os seareiros dispunham para cumprir a missão que a si próprios atribuíram, somos levados a concluir que eram muito poucos, embora esta carência não os tenha demovido, certamente por acreditarem que o triunfo da razão teórica e prática que os fazia agir encontraria necessariamente o seu próprio caminho. Porém, e como Fernando Catroga observou, precisamente a este respeito, «a ilusão de que o bom uso do intelecto pode ser politicamente consensual (...) acaba por despolitizar o uso da razão»¹¹.

Sem entrarmos na análise circunstanciada da atividade política dos seareiros entre o Programa de Governação Extraordinária, de abril de 1922, e o Congresso da Oposição Democrática, de abril de 1973, consideraremos, de seguida, os seus ciclos principais, pois a compreensão da evolução da revista impõe a observação conjunta da atividade editorial dos seus diretores e redatores com as vicissitudes dos combates democráticos em que estiveram comprometidos.

11 Cf. Maria Luísa Garcia Fernandes (coord.), *Seara Nova. Democracia/Razão/Europa. Textos e contextos*, Porto, Campo das Letras, 2001, p. 57.

No lustro que vai da fundação do título ao golpe militar de 28 de Maio de 1926, a ação política seareira visou romper o bloqueio institucional e político com que a República se debatia através de um conjunto de iniciativas que reclamavam a execução de medidas tidas expressamente por extraordinárias¹².

O tom geral das campanhas então desenvolvidas pelo grupo da *Seara Nova* está patente no cabeçalho do manifesto que abre a edição do número 21 da revista, datada de fevereiro-março de 1923:

«Apelo à Nação. Gravíssima situação do país. — Urgência extrema de se começar a obra de reorganização nacional. — Governação excepcional indispensável, com o apoio e colaboração de todos os portugueses.»

O «programa governativo de reorganização nacional» que pormenorizou as medidas prementes, subscrito por sessenta e um intelectuais e militares de direita e de esquerda, um terço dos quais seareiros, reclamava a pronta intervenção do Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, das elites,

12 Sobre as iniciativas políticas do Grupo Seara Nova durante a I República, ver David Ferreira, «A ação política da “Seara Nova”», *Seara Nova*, n.º 1000-1007, 26 de outubro de 1946, pp. 208-214.

chamadas a tomar posição na Sociedade de Geografia, e da opinião pública, pois foi objeto de edição autónoma, de reprodução nos jornais e de controvérsia significativa.

Embora os signatários recusassem o «espírito messianista» e declarassem que só a nação se podia salvar a si própria, não deixaram de apresentar-se como intérpretes das necessidades e das aspirações do país e proponentes de «um ministério nacional» de iniciativa presidencial com autoridade moral e técnica assegurada. O rompimento do nó górdio da «Nova República Velha» e a salvação nacional implicariam «um governo que exercesse, durante certo período de tempo, poderes excepcionais e amplos», desejavelmente concedidos «pelo Congresso com a adiamento das sessões pelo prazo indispensável».

As preocupações, a orientação e o teor programático da União Cívica, então apresentada, retomam, no essencial, o Programa Mínimo de Salvação Nacional que a *Seara Nova* já havia publicitado na 12.^a edição, saída em 15 de abril de 1922: «a experiência tem demonstrado que só um esforço prodigioso, realizado fora dos métodos parlamentares (que somos os primeiros a defender nas circunstâncias normais da vida política), poderá encarregar o país no caminho da salvação». Neste documento, que não estava condicionado por alianças externas, os seareiros foram ainda mais longe no combate à «onda de loucura coletiva» em que se viveria. Por um lado, aclararam a definição da missão que reservavam para si, não como partido, mas como «grupo de orientação doutrinária, formador de correntes de opinião e exigindo sempre, em nome da cons-

ciência nacional e do seu próprio pensamento ofendido, a satisfação dos mais altos interesses nacionais». Por outro lado, adiantaram soluções políticas de fundo, entre as quais se encontrava a «reforma da Constituição, de maneira a assegurar-se a representação das competências técnicas ao lado das políticas e a garantir mais eficazmente a separação dos poderes», embora sem que esta segunda câmara dispusesse de competência deliberativa.

Em Carta Aberta a Manuel Teixeira Gomes, publicada na edição de outubro de 1923, o Grupo Seara Nova estende a revisão constitucional à necessidade de se reformar «o atual regime parlamentar, introduzir na Constituição o *referendo* e a *iniciativa*, e moralizar cuidadosamente os processos eleitorais», bem como libertar o Presidente da República da dependência estrita dos parlamentos. No imediato, retoma a reclamação da formação de um governo excecional, «com políticos de prestígio moral, que se vão buscar onde quer que estejam, assistidos dos técnicos mais competentes, e seguros do acatamento e da disciplina da força armada — um governo que com largas autorizações possa resolver sinceramente o nosso problema financeiro, e lançar as bases, enfim, da reorganização da nacionalidade».

É ainda de realçar que o grupo sentia a ambiguidade própria da ditadura transitória e consentida que propunha. A avaliação benévola do governo de Miguel Primo de Rivera, que chegara ao poder em meados de setembro de 1923 e contava ainda com um ambiente de expectativa geral, mostra-se ambivalente. Simultaneamente, a denúncia dos riscos

inerentes à perversão democrática *manu militari* revela um receio substantivo: «a força militar na política é sempre delicada e perigosíssima», pelo que os militares «devem limitar ao mínimo necessário a sua direta intervenção nos negócios do governo».

Ainda em 1923, os seareiros viram-se confrontados com o convite de Álvaro de Castro, de quem estavam e iriam continuar próximos, para o ministério que tinha em formação. Embora Jaime Cortesão tenha declinado a proposta com a alegação de que os problemas nacionais não se resolviam separadamente mas em obra conjunta, António Sérgio e Mário de Azevedo Gomes responsabilizam-se por duas áreas governativas que consideravam fundamentais: a instrução pública e a agricultura. Com o seu acordo, o major Ribeiro de Carvalho acompanhou-os como titular do Ministério da Guerra. A experiência prolongou-se por dois meses. Volvido quase um ano, Ezequiel de Campos ocupou a pasta da Agricultura no governo de José Domingues dos Santos, igualmente por um par de meses, com o fito de executar algumas reformas estruturais e com o apoio do Grupo Seara Nova.

O intento de criar uma coligação, em novembro de 1925, às eleições legislativas e às municipais que reunisse forças da esquerda republicana, próximas de Álvaro de Castro e de José Domingues dos Santos, mas também dos homens da *Seara Nova*, malogrou-se no que respeitava ao sufrágio parlamentar, mas concretizou-se, no plano local, com a eleição de Jaime Cortesão como vereador na Câmara de Lisboa.

No governo de António Maria da Silva, então em funções, que só terminaram com o golpe militar de 28 de Maio de 1926, os seareiros viram não só todos os vícios que imputaram aos dirigentes partidários republicanos, como também a conjugação das condições necessárias para a emergência de uma ditadura militar conservadora e, mesmo, de feição mussoliniana.

A Semana Antifascista em Defesa das Liberdades Adquiridas, de que a revista dá notícia em 27 de março de 1926, com um comício no Liceu Camões, em que falaram José Rodrigues Miguéis e Luís da Câmara Reis, e um folheto de teor convergente, da autoria de Raul Proença, que foi distribuído por todo o país, revelaram uma clara perceção do tipo de ditadura que ameaçava a democracia.

Pouco antes, os seareiros tinham-se batido pela criação de um diário que conferisse voz efetiva à crítica e à moralização da *res publica* junto dos seus concidadãos. Numa era em que os jornais teciam a vida, as tonalidades e as tendências da política, um quotidiano próprio era o instrumento indispensável para os republicanos de esquerda se afirmarem na comunidade nacional.

Face ao insucesso da iniciativa, restou-lhes a possibilidade de aproximarem a revista da cadênciã dos dias, ao converterem o quinzenário em *semanário de doutrina e crítica*, como se verificou entre 3 de outubro de 1925 e 23 de junho de 1926.

Se as armas políticas de que o grupo da *Seara Nova* dispôs durante a I República foram reduzidas e incapazes de obstar à ditadura imposta por integralistas, conservadores e oligarcas na sequência do golpe de 28 de Maio de 1926, já o apelo

literal ao armamento foi, nos anos seguintes, muito frequente¹³.

Jaime Cortesão e outros seareiros estiveram, ainda segundo testemunho de David Ferreira¹⁴, na origem da insurreição militar de 3 a 9 de fevereiro de 1927, que tomou a cidade do Porto, onde o Diretor da Biblioteca Nacional foi nomeado Governador Civil. Como se sabe, a debilidade infausta do levantamento portuense deveu-se a não ter sido acompanhado por uma eclosão simultânea em Lisboa, o que motivou a deslocação, em traineira, de Raul Proença e de Camilo Cortesão à capital, como emissários dos revoltosos, incumbidos de fazer um apelo dramático aos militares hesitantes. Na cidade, Manuel Mendes, Aquilino Ribeiro, José Rodrigues Miguéis, Luís da Câmara Reis e David Ferreira já operavam em grupos de civis. Alguns quartéis de Lisboa insurgiram-se no dia 7, mas a destempe. Esta foi a ação militar republicana de maior escala e aquela que esteve mais perto de ser bem-sucedida até ao 25 de Abril de 1974. Os combates revestiram-se de grande violência, com bombardeamentos de artilharia e de aviação no coração do Porto e no Arsenal da Marinha em Lisboa. O número de mortos aproximou-se das duas centenas, os feridos terão ascendido a quase um milhar, e os presos, deporta-

13 Sobre a atividade conspirativa e político-militar seareira entre 1926 e 1940, ver Luís Farinha, *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, *passim*.

14 David Ferreira, «Uma data na história do antifascismo. 4/7 de fevereiro: a primeira revolta contra a ditadura», *Diário Popular*, 7 de fevereiro de 1976.

dos e exilados excederam decerto este último número.

Estes acontecimentos afastaram quatro dos sete membros do Corpo Diretivo da revista, pois Raul Proença e Jaime Cortesão juntaram-se a António Sérgio, que rumara a Paris no quadro das diligências bem-sucedidas que inviabilizaram um empréstimo solicitado pelo poder oriundo do golpe de 28 de Maio junto da Sociedade das Nações. Sarmento Pimentel expatriou-se então na Galiza e, depois, no Brasil. Em 1928, Sarmento de Beires passou à clandestinidade e, mais tarde, ao exílio. No Largo Camões, permaneceram Luís da Câmara Reis e Mário de Azevedo Gomes, enquanto, na ficha técnica do quinzenário, todos iriam manter-se inamovíveis.

A participação destacada dos homens da *Seara Nova* nestes acontecimentos trouxe três consequências que merecem ser sublinhadas.

Em primeiro lugar, os seareiros ascenderam à Junta Diretiva da Liga de Defesa da República, conhecida por Liga de Paris, cujas linhas de orientação e proposta de ação governativa foram apresentadas, em julho de 1927, em nome dos «princípios luminosos da democracia». António Sérgio e Jaime Cortesão não só passaram a conspirar conjuntamente com Afonso Costa, Álvaro de Castro e Domingues dos Santos, como a fazer sentir, também, a doutrinação seareira no órgão dirigente da oposição republicana, que não reclamava a simples reposição do *status quo ante*, mas, pelo contrário, uma democracia liberta dos defeitos pretéritos. O mesmo ocorreu com a ação do chamado «Grupo dos Budas», na Espanha novamente republicana,

bem como entre os portugueses do Brasil, que Sarmiento Pimentel reorganizou em torno do Centro Republicano de São Paulo e do jornal *Portugal Democrático*.

Em segundo lugar, a mudança do centro de gravidade do combate para o âmbito da resistência democrática implicou que a crítica política ocupasse o papel axial no combate movido no espaço público, situação que era a ideal para os seareiros, pois a denúncia em nome dos princípios fundamentais é um terreno bem mais seguro e abrangente do que a propugnação de iniciativas programáticas peculiares.

Por fim, os acontecimentos iniciados a 3 de fevereiro abriram um ciclo de combate à ditadura assente em redes político-militares relativamente amplas e estáveis que os seareiros cultivavam desde os campos da Flandres, que ajudaram a tecer e nas quais lugares-tenentes que lhes eram próximos ocuparam lugares de orientação, de planeamento e de execução.

Após o levantamento de fevereiro de 1927, os homens da *Seara Nova* bateram-se na Revolta do Castelo, que teve lugar a 20 de julho de 1928, com destaque para Sarmiento de Beires. Participaram, de seguida, na revolta de 4 de abril de 1931, que levou à Ilha da Madeira quase um mês de vida democrática e que se estendeu a pronunciamentos militares nos Açores e na Guiné, nomeadamente através de Augusto Casimiro, que aí se encontrava deportado e que dirigiu o *Notícias da Madeira*, porta-voz do governo instituído pelos revoltosos. Ainda em 1931, a 26 de agosto, o major Sarmiento de Beires fez descolar os aviões de Alverca em ação

conjugada com a sublevação de alguns quartéis de Lisboa, apoiada pela Liga de Paris e com intervenção relevante dos «Budás» (que tinham passado a contar com o apoio financeiro e em armamento da II República de Espanha).

Se é certo que as ruas de Lisboa não voltaram a conhecer confrontos militares até 1974, é igualmente seguro que a resistência político-militar à ditadura não deixou de congeminar golpes armados até ao alvor do «dia inicial inteiro e limpo».

Para ilustrar esta persistência, que ressurgiu no período subsequente à campanha das eleições presidenciais de 1958, basta recordar a tentativa da tomada do quartel de Beja na noite da passagem de ano de 1961 para 1962 e recordar que os jovens seareiros Vasco Martins, António Lopes Cardoso, Carlos Prazeres Ferreira, Hipólito Santos e Carlos Veiga Pereira aguardavam o desfecho dos acontecimentos para lhe conferirem expressão pública.

Com a aproximação do final da Segunda Guerra Mundial, a atividade política dos homens da *Seara Nova* convergiu para as oportunidades de propaganda e de agitação políticas proporcionadas pelos simulacros eleitorais que o Estado Novo promoveu de modo a aparentar legitimidade sufragada¹⁵. A primeira destas iniciativas, ainda clandestina, foi o Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista

15 Sobre a participação da oposição democrática nas campanhas eleitorais entre 1945 e 1973, com várias referências aos primeiros e aos novos seareiros, veja-se Manuel Braga da Cruz, «A oposição eleitoral ao salazarismo», *Revista de História das Ideias*, vol. V, t. 2, 1983, pp. 701-781.

(MUNAF) criado em dezembro de 1943, quando a vitória dos Aliados se deixava antever e se imaginava que o regime salazarista não sobreviveria à derrota dos nazis alemães e dos fascistas italianos. Os seareiros participaram, então, numa aliança ampla do conjunto das forças políticas democráticas, sob a égide de Norton de Matos e com uma orientação que oscilava entre a propaganda democrática e as hesitações da conspiração militar.

O Movimento de Unidade Democrática (MUD), criado a 8 de outubro de 1945, cinco meses após as manifestações em Lisboa que exultaram com a vitória aliada, testou a margem de abertura do regime decorrente do anúncio de eleições livres. Conheceu um apoio popular amplo, desdobrou-se no MUD-Juvenil, mostrou-se combativo e persistente, mesmo para além da sua ilegalização em janeiro de 1948, e forçou o governo a expor inequivocamente a má-fé cínica do ultramontanismo salazarento.

A *Seara Nova* reproduziu, na cadênciã semanal das suas edições, os documentos desta organização legal, nomeadamente em suplemento ao n.º 948, de 13 de outubro de 1945, em que relatou a assembleia, no Centro Republicano Almirante Reis, em que o MUD foi formado, a qual se declarou em sessão permanente até as reclamações suscitadas receberem resposta das autoridades. Entre a documentação então reproduzida, constam várias listas de aderentes, que abarcavam a generalidade dos colaboradores da revista, incluindo Irene Lisboa. Os seareiros tinham estado na origem do Movimento com as assinaturas de quatro dos onze requerentes da reunião pública e participaram nos seus órgãos centrais através de de-

mocratas tão reputados como Luís da Câmara Reis, Manuel Mendes, Alberto Candeias e Mário de Azevedo Gomes.

As eleições para a Assembleia Nacional e para a Presidência da República passaram, de seguida, a constituir momentos particularmente vivos de combate político, que a revista acompanhou e refletiu nas suas páginas. Embora o processo eleitoral estivesse viciado desde o recenseamento ao apuramento dos resultados e de a imprensa se manter sujeita à censura, a *Seara Nova* não deixou de procurar realçar, até outubro de 1973, o significado destes momentos de confronto legal com a Situação.

A atividade do MUNAF e do MUD, acima referida, teve continuidade na candidatura do general Norton de Matos, presidente efetivo do primeiro e da comissão consultiva do segundo, ao cargo de Presidente da República, que aceitou assumir, em abril de 1948, e de que desistiu, a 12 de fevereiro de 1949, véspera do ato eleitoral, após denunciar que as condições mínimas da sua democraticidade não estavam reunidas.

Com a morte do marechal Óscar Carmona, dois anos depois, os seareiros apoiaram o almirante na reserva Quintão Meireles contra o general no ativo Craveiro Lopes, numa eleição marcada pela divisão da Oposição, a proibição da candidatura de Ruy Luís Gomes, presidente do Movimento Nacional Democrático, e a desistência do candidato democrático, novamente à boca das urnas.

Entretanto, tinham tido lugar eleições legislativas, em 1949, que irão ser retomadas também em 1953 e 1957. Nestas últimas, a lista candidata ao cír-

culo de Lisboa, que incluía Luís da Câmara Reis, Manuel Sertório e Nikias Skapinakis, foi rejeitada pelo governo por ter sido apresentada fora do prazo. A retirada dos membros indicados pelo Diretório Democrato-Social, dirigido por Mário de Azevedo Gomes, Jaime Cortesão e António Sérgio, e a subsequente dificuldade em substituí-los em escassos dez dias acabaram por inviabilizar «a participação de um importante núcleo da nova Direção da *Seara Nova*»¹⁶ nos hiatos políticos que o ditador qualificara como sendo de «liberdade suficiente».

Este percurso eleitoral relativamente errático culminou com a campanha de Humberto Delgado como candidato a Presidente da República em 1958, que marcou um ponto de viragem quer na vida política nacional, quer na história da *Seara Nova*.

A candidatura do general-aviador, instigada pela intuição de António Sérgio, cedo se impôs a outras soluções possíveis, nomeadamente a Cunha Leal, primeira escolha do grupo seareiro, e a Arlindo Vicente, sua segunda opção, bem como a Quintão Meireles e ao próprio Jaime Cortesão, recém-regressado do Brasil. Face à capacidade de mobilização do «general sem medo» e ao sentimento de aclamação popular suscitado, que conduziu à desistência de Arlindo Vicente, os seareiros viram-se envolvidos na sua campanha e tomados pelo ânimo renovado que esta trouxe à resistência democrática.

16 Manuel Braga da Cruz, *loc. cit.*, p. 735.

Enquanto a Assembleia Nacional suprimiu, de seguida, a eleição direta do Presidente da República, uma parte da juventude católica começou a transferir-se para o campo democrático e a oposição republicana liberal e socialista apresentou o *Programa para a Democratização da República*, que lhe serviu de referência nas eleições legislativas de 1961 (durante as quais Câmara Reis, candidato pelo círculo de Santarém, veio a falecer).

Na *Seara Nova*, o ambiente introduzido pelas eleições de 1958 deu lastro à reorganização que levou Manuel Sertório aos cargos de Diretor-Adjunto e de editor da revista, formalizados no início desse ano, favoreceu o surgimento de uma nova geração de redatores e revitalizou a orientação editorial e gráfica do quinzenário. O resultado imediato foi a edição do número de janeiro de 1959, que apresentou Fidel de Castro, acabado de chegar ao poder, na capa.

Após as eleições de 1965 relativamente apagadas, as legislativas de 1969 esclareceram que a autocracia marcelista se limitava a prolongar a ditadura salazarista. A oposição republicana concorreu pela primeira vez em quase todos os círculos eleitorais e decidiu, por regra, ir às urnas. Entre as novidades que a sua participação trouxe, conta-se a apresentação de duas listas nos distritos de Lisboa, Porto e Braga, bem como a formação de um grupo numeroso e heterogéneo de intervenientes à sua esquerda. Em 1973, a separação entre as listas foi superada e a denúncia da falta de condições democráticas voltou a acompanhar a desistência das candidaturas.

Estas duas eleições foram antecedidas pela realização do II Congresso Republicano de Aveiro, em 1969, e pelo Congresso da Oposição Democrática, em 1973, onde participaram centenas de dirigentes e intelectuais de tendência comunista, socialista, católica progressista e mesmo monárquica, no último dos casos.

Muitas das reuniões das comissões que prepararam estes congressos e que deram corpo ao seu teor geral tiveram lugar nas instalações da revista. As Edições Seara Nova encarregaram-se, depois, de assegurar a memória destes dois momentos invulgares no combate pelas liberdades públicas através da publicação de vários volumes com as teses e os documentos apresentados.

Como supomos que esta breve resenha de sucessivas batalhas republicanas demonstra, a revista *Seara Nova* e a atuação pública dos seareiros só podem ser compreendidas como constituindo as duas faces complementares do apostolado idealista no mundo real que Raul Proença prescreveu aos intelectuais políticos do grupo e do periódico.

Embora o pensamento e a doutrina se situem necessariamente em domínios díspares e, até, conflitantes daquele em que o combate político tem lugar, os seareiros souberam reconciliá-los, nomeadamente quando se viram remetidos, durante quase meio século, para a resistência cívica ao autoritarismo salazarista e marcelista.

A integridade ética e a abnegação cívica levaram todos os diretores da revista à prisão, com a exceção de Luís da Câmara Reis que, assim, resguardou a atividade administrativa e editorial da empresa. Se considerarmos os cinquenta articulis-

tas mais assíduos nas suas páginas, verificamos que vinte e um passaram pelas cadeias políticas do salazarismo. E, se elaborarmos uma lista mais compreensiva, confrontamo-nos com os nomes de oitenta e dois autores relevantes no Registo Geral de Presos da PIDE/DGS (1932-1974). A este rol de encarceramentos, é ainda necessário somar os processos que conduziram muitos seareiros ao banimento, à deportação, ao exílio e à demissão de funções públicas.

Ao unir o mérito cultural, necessariamente plural e antidogmático, ao combate político pela democracia, a *Seara Nova* não só cumpriu o seu desígnio programático geral, naturalmente refeito pelo diálogo com as problemáticas e as circunstâncias que atravessou, como também soube chamar a si a generalidade dos homens de letras e de ciências que sabiam que liberdade e cultura são sinónimos.

A razão mostrou, por seu intermédio, os caminhos que lhe assistiam, mesmo quando estes se mostraram irrealistas, incertos ou, mesmo, errados. Afinal, o fluir da história não deixou de se mostrar atinente à finalidade pretendida.

Seareiros e marxistas

A Revolução de Outubro, consumada em Petrogrado, no início de novembro de 1917, foi uma das grandes novidades, vindas da Primeira Grande Guerra, com que os seareiros se confrontaram.

Pela primeira vez, o poder político passou a ser exercido sob a expectativa da revolução proletária mundial que libertaria a humanidade da exploração ancestral e prometia a extinção do Estado, a associação livre e a plenitude pessoal.

À sedução da antecipação da passagem da pré-história dos homens à história humana, era necessário acrescentar a certeza dita científica de um socialismo que não dependia de ideários ético-políticos voluntariosos ou do argumento do aperfeiçoamento espiritual indefinido, mas da dialética intrínseca ao devir das classes sociais.

Este acontecimento capital no século XX, que na sua versão mais curta foi balizado entre 1917 e 1989, teve incidências relevantes quer na atitude política dos fundadores da *Seara Nova* face ao comunismo, quer no confronto, ao longo de décadas,

entre seareiros e marxistas dentro e fora das páginas do quinzenário.

Proença, Sérgio, Cortesão e Câmara Reis repudiaram a novidade soviética na medida em que constituía um regime ditatorial, de partido único, adverso à salvaguarda de direitos individuais fundamentais e à representação política sufragada.

A ausência de liberdade, de democracia e, mesmo, de socialismo na república dos soviets foi severamente fustigada por Raul Proença no artigo «A Rússia ao léu», publicado nos n.^{os} 242 e 243, de 12 e 19 de março de 1931. A partir do conhecimento direto, mas também profusamente documentado com dados oficiais, do escritor comunista romeno Panait Istrait, exposto em *Vers l'Autre Flamme: La Russie nue*, Proença insurgiu-se contra uma sociedade manietada pelo secretariado de um partido que tudo tendia a controlar *de cima para baixo*, a começar pelos órgãos de representação parlamentar constituídos após sete eleições indiretas sucessivas. A simples expressão do pensamento, as mais elementares decisões individuais, o acesso à imprensa, o trabalho e o emprego estariam inteiramente dependentes de decisões partidárias, muitas das vezes claramente arbitrárias e perversas. Proença rebelou-se contra «a opressão em nome do socialismo», ao mesmo tempo que sublinhou que «não ataca o Estado soviético por ter realizado o Socialismo, mas porque o não realizou, porque realizou o contrário do Socialismo e porque continua a protestar que é um Estado socialista». Numa palavra, o bolchevismo teria engendrado uma «república de fachada e um socialismo de tabuleta», já que

«nada de humano se poderá fundar senão sobre a liberdade».

Em sentido convergente, António Sérgio esclareceu — em «Retalhos de doutrina democrática», publicado na edição n.º 327 da *Seara Nova*, de 12 de janeiro de 1933 — que repudiava o comunismo pelo «seu método de autoridade»: «o comunismo não respeita a liberdade e não somos, por isso mesmo, comunistas». «Quem concebe a felicidade sem a liberdade — acrescentou — é um simples bruto, não merece o nome de ser humano.» A sociedade que Sérgio preconizava assentava na «socialização dos meios de produção e de troca, mas não efetuada pelas autoridades, não realizada pelo Estado», concretizada, antes, por «cooperativas de consumo, desenvolvidas até ao ponto de produzirem elas próprias, ligadas em federações nacionais».

Embora os dois artigos citados manifestem pontos de vista críticos que remontavam à origem do grupo seareiro, o seu significado avulta por serem subsequentes à polémica que José Rodrigues Miguéis travou com Castelo Branco Chaves a propósito do conceito de revolução no pensamento de Eça de Queirós, onde explanou a sua crítica ao legado político da geração de 1870 a partir de uma perspetiva que tem sido encarada como sendo marxista e, mesmo, leninista.

José Rodrigues Miguéis integrava, com Mário de Castro, Manuel Mendes e David Ferreira, o lote de seareiros com menos de trinta anos, o que não o impediu de sobressair através de uma colaboração intensa como articulista, ilustrador e, também, orador, a ponto de ter sido convidado para o Corpo Diretivo da revista.

Pouco vocacionado para a banca forense, o autor de *Léah* rumou, em 1929, para a Bélgica com uma bolsa destinada ao estudo de Ciências Pedagógicas. Reviu os seareiros exilados em Paris, conheceu russos brancos, conviveu com revolucionários de várias tendências e redigiu, por fim, os dois artigos intitulados «Sobre os fins e a coragem nos meios de atuar» (*Seara Nova*, n.^{os} 220 e 222, de 18 de setembro e 2 de outubro de 1930), como réplica ao teor de «O conceito da revolução em Eça de Queirós», de Castelo Branco Chaves (publicado no n.º 205, de 20 de março de 1930).

O texto visado, da autoria de um ex-monárquico próximo de António Sérgio, alicerçava o espírito seareiro no conceito de revolução pela transformação progressiva e pacífica das mentalidades e dos costumes, à margem de qualquer ação violenta, de acordo com a lição atribuída à «elite revolucionária» constituída por Antero, Eça, Ramalho e Oliveira Martins.

A crítica de José Rodrigues Miguéis mostrou-se sistemática. Face à evocação da Geração de 70, apontou a inconsistência ideológica da trajetória dos seus autores, que se transferiram progressivamente para pontos de vista conservadores e atitudes acomodadas. Perante a tentativa de se criar uma tradição seareira própria, reclamou que o «importante é adquirirmos a consciência histórica do momento em que vivemos». Confrontado com o mérito revolucionário imputado «à persuasão pela lógica, pelos argumentos ou pela expressão pura e simples das ideias», classificou-o como «um sonho, embora delicioso». Face à recusa da força e da violência, objectou que nenhuma transformação se

realizou sem a divisão, o conflito e a dor próprios do «terreno agitado das transformações sociais». Ante os «homens que fizeram dos seus apostolados, das suas lutas, simples exercícios espirituais, possuídos da certeza de que reduzido número dos seus leitores constituirá necessariamente a elite da qual esperam a solução dos problemas portugueses», contrapôs o papel decisivo do povo que «desapareceu quase completamente dos seus escritos; o povo que é o instrumento e deve ser, em democracia, o terreno e o fim das grandes lutas e renovações sociais», motivo por que se impunha a «condução harmoniosa e total da massa aos objetivos da revolução nacional», como a Revolução de 5 de Outubro exemplificaria. Em resumo, ao *surge et ambula* intelectualista anterior e seareiro, Miguéis contrapõe a vontade e a coragem da ação através de meios realistas que assegurassem o êxito revolucionário.

Enquanto a réplica de Castelo Branco Chaves se revelou sumária e evasiva, a sagacidade política dos fundadores da *Seara Nova* não demorou a resposta coletiva ao afrontamento de quem acreditava que «a missão essencial do nosso tempo» consistia no «trabalho duro da realização da democracia socialista pelo próprio povo».

António Sérgio, Jaime Cortesão e Raul Proença, em carta dirigida a Luís da Câmara Reis, publicada na edição n.º 224, de 30 de outubro de 1930, apressaram-se a «declarar que o pensamento social e político apresentado por Castelo Branco Chaves no seu artigo sobre Queirós concorda de maneira completa com as conceções da democracia que sempre defendemos na nossa revista», ao mesmo tempo que se dizem surpreendidos pelo

«lapso de atenção» que estaria na origem das considerações de Miguéis.

A resposta de fundo veio, porém, de Sérgio, no artigo «Sociedade e espírito, ação política e sinceridade intelectual», publicado no n.º 230, de 25 de dezembro de 1930, em que analisou pormenorizadamente as críticas de Miguéis e reafirmou que «a mudança de instituições não adianta nada se não for precedida da libertação das almas», ao mesmo tempo que recusou a condição de condutor de homens e manipulador da plasticidade imputada, por Miguéis, às massas. Em conclusão, o ensaísta adiantou, em tese geral, que «a divergência entre nós e o crítico assenta numa base que tem semelhança à que está subjacente ao antagonismo entre os bolchevistas e os anarquistas, ou, por outra forma, entre Marx e Proudhon».

Em carta dirigida igualmente a Câmara Reis, publicada na edição seguinte da revista, Rodrigues Miguéis aclarou a divergência que o fazia cindir e afastar-se: «não temos hoje o direito de separar a ideia do método, da técnica que a completa, que a realiza (...) sem recurso a determinados meios, certos fins ideológicos não passarão jamais do domínio da literatura (...) os intelectuais têm o dever de passar das afirmações doutrinárias à ação, dos métodos expositivos, da controvérsia lógica, para a dialética da organização e para a própria organização; das camarilhas, tertúlias e academias para a atmosfera acre e fértil das massas populares».

Embora esta polémica seja comumente considerada como um marco na afirmação da cultura marxista nos meios intelectuais portugueses, o teor dos artigos de Miguéis, quando observado na

sua literalidade, não regista qualquer referência alusiva, direta ou críptica, à linguagem marxista ou comunista, pois as noções de povo, revolução, organização e ação revolucionárias, socialismo ou uso da força não ultrapassaram a polissemia própria do seu uso habitual nos meios políticos e sociais da época. À luz das considerações iniciais de Castelo Branco Chaves, Miguéis estaria tão-só do mesmo lado de Teófilo Braga e de Guerra Junqueiro, «sector jacobino da geração de 70», na medida em que estes julgavam a sociedade madura para a revolução *de baixo para cima*, já que os desígnios a que a subordinariam se encontravam estabelecidos. Acrescente-se, ainda, que a referência singular ao bolchevismo, contida no primeiro dos artigos de Miguéis, parece ser depreciativa: «basta lembrar o exemplo vivo e atual do bolchevismo, agitado numa crise de princípios, em que são precisamente os que se dizem portadores do espírito da escola, do leninismo, enfim, os que parecem negá-lo na realidade viva da atuação».

A polémica ganhou relevância por duas razões principais. Por um lado, Miguéis conseguiu remeter o ideário seareiro para o ambiente cultural e político pretérito. A argumentação assente na boa-nova dos intelectuais, nos progressos do espírito humano e no triunfo social da razão parecia ter encontrado, após a guerra europeia de 1914-1918, o epílogo trágico próprio das crenças ingénuas. Por outro lado, a suspeição mútua que afastara os comunistas dos homens de letras, durante as primeiras décadas do século XX, converteu-se, a partir da crise do sistema capitalista de 1929 e com a ascensão do fascismo e do nazismo, numa aproximação

recíproca que teve o seu momento culminante durante a Guerra Civil de Espanha.

Se observada à luz da evolução subsequente da história dos intelectuais, a tomada de posição de Rodrigues Miguéis constituiu inequivocamente um ponto de viragem, pois o ânimo seareiro não será preponderante na geração que seguiu a sua, a qual se inclinará, antes, para considerar a defesa da URSS como a sua pedra de toque.

As concepções de origem soviética passaram, pois, a avultar. Em primeiro lugar, a condição intelectual vê-se transferida para o papel imputado aos escritores e aos artistas em nome da responsabilidade social que lhes caberia como engenheiros das almas e propagandistas inexoráveis de visões do mundo e da vida. Em segundo lugar, a independência dos espíritos livres que se apresentavam vinculados unicamente aos ditames de uma razão esclarecida é repudiada, pois a idoneidade moral e o desinteresse privado que eram alegados como sua legitimação não deixariam de evidenciar uma atitude da classe privilegiada. Por fim, as competências conceptuais e doutrinárias vêm-se transferidas do foro autónomo dos homens de cultura para as esferas próprias das autoridades políticas.

Esta incursão sumária nos meandros das transformações introduzidas no estatuto dos intelectuais ao longo da década de 1930 é necessária para se compreender o segundo momento particularmente relevante da afirmação marxista nas páginas da *Seara Nova*: a polémica travada entre o dirigente comunista Álvaro Cunhal e José Régio, figura maior da *Presença*, *folha de arte e crítica*.

A discussão versou as relações entre política e literatura. Foi insinuada pela crítica do autor de *Jogo da Cabra Cega* ao elogio de romancistas brasileiros recentes, por parte de escritores da geração que despontava, em que as motivações ideológicas sobrelevariam sobre as considerações literárias («Cartas intemporais do nosso tempo. A um moço camarada, sobre qualquer possível influência do romance brasileiro sobre a literatura portuguesa», *Seara Nova*, n.^{os} 608, 609 e 611, de 8, 15 e 29 de abril de 1939).

Após reconhecer «ser transparente como água que literatura não é política nem sociologia e que a arte literária não é propaganda», Cunhal realçou na peça com que iniciou a polémica — «Numa encruzilhada dos homens», *Seara Nova*, n.^o 615, de 27 de maio de 1939 — que «a obra literária, voluntária ou involuntariamente, exprime uma posição política e social e que toda ela faz propaganda seja do que for». Todo o escritor põe «a arte ao serviço de qualquer coisa: nuns, esse qualquer coisa é a vida de milhões de seres; noutros, esse qualquer coisa é o próprio umbigo». Aqueles que elucidariam os termos da encruzilhada com que os homens se confrontariam incluíam-se no primeiro grupo, enquanto Régio optaria pela atitude oposta, própria dos desalentados, cansados e solitários, ao escrever «Vergo a cabeça sobre o peito/ Concentro os olhos sobre o umbigo» e, assim, ilustrar o ensimesmamento próprio de quem supõe enjeitar as escolhas a que ninguém se poderia eximir.

A argumentação é estritamente política: «os esforços para libertar do conflito presente certas esferas da atividade humana» seriam inúteis, já que

«todas as atividades humanas intervêm numa forma operante na determinação do destino do mundo».

A interpelação de Cunhal a Régio não só constituiu um momento relevante da afirmação programática das letras e das artes *engagées*, como foi também concomitante à publicação de *Gaibéus*, de Alves Redol, saudado como a primícia madura do romance neorrealista.

A afirmação própria através do confronto com as figuras de referência da vida cultural que está patente na polémica entre Cunhal e Régio, e, por extensão, a *Presença*, visou igualmente Raul Proença e as suas *Páginas Políticas* recentemente editadas, bem como António Sérgio e a *Seara Nova*, frequentemente contraditados e desafiados pelos neo-humanistas que tinham passado a dirigir as revistas *Sol Nascente* e *O Diabo*.

É de realçar que a intencionalidade e o teor políticos patentes na argumentação então exposta estavam destinados a presidir em perenidade à atitude e ao discurso da geração que inscreveu o marxismo e o comunismo na cultura portuguesa.

Ainda a propósito da polémica entre Cunhal e Régio, é de referir a nota com que Câmara Reis fez acompanhar a publicação da peça inicial do embate, bem como o reparo que esta mereceu ao intelectual comunista, pois regista o ambiente do relacionamento entre seareiros e marxistas no quadro editorial da revista. «Julgámos — escreveu Câmara Reis — que não devíamos recusar fazer ouvir aos nossos leitores aquele generoso e talentoso grito, tão vibrante de sinceridade e de juventude», que «exprime com vigor os sentimentos de grande parte duma geração; e só por esse carácter representativo tem

um interesse muito especial». «Essa nota não me surpreendeu — respondeu Cunhal —, há exemplos na história do perigo que corre aquele que se lembra de denunciar o crime no local em que foi cometido: eu sabia portanto do “risco” que ia correr (...) penso dever discutir-se (com mais ou menos cruza é uma questão de feitio) para esclarecer e aproximar.»

Passado um ano, Câmara Reis e Cunhal voltaram a confrontar razões, após a publicação do célebre artigo «Nem Maginot, nem Siegfried», onde o dirigente comunista interrogava: «haverá na verdade alguma diferença profunda entre a Alemanha do sr. Hitler e a França do sr. Daladier ou mesmo a Inglaterra do sr. Chamberlain?» E respondeu: «os donos da linha Maginot e os donos da linha Siegfried são expressões do mesmo tipo na atual etapa da sociedade» (*O Diabo*, n.º 285, de 9 de março de 1940). O debate andou em torno da credibilidade das agências jornalísticas em tempo de guerra, com Cunhal a invetivar a secção «A Guerra. Alguns documentos» da *Seara Nova*, que, contudo, classificou como «revista de simpáticas tradições», mas com páginas turvas, e o seareiro a insinuar a reprodução, por parte do seu interlocutor, da propaganda soviética a propósito do Pacto Germano-Soviético e da invasão da Finlândia pelo Exército Vermelho («Professores de História», *Seara Nova*, n.ºs 657 e 680, de 13 de março de 1940 e 6 de abril de 1940).

O tom próprio de um relacionamento reciprocamente ambivalente, pelo menos na sua aparência, esteve presente, embora com desfecho distinto, nas «Fichas» que Mário Dionísio publicou na revis-

ta do n.º 758 ao n.º 832, entre 21 de fevereiro de 1942 e 24 de julho de 1943, pois a sua publicação terminou num conflito entre a Direção da *Seara Nova* e Dionísio a propósito da «Ficha 14», que acabou por sair em edição de autor.

Esta série de artigos constitui uma das principais referências programáticas da história do neorealismo, apesar de se revestir do formato próprio dos comentários críticos a acontecimentos literários e artísticos recentes.

A par de uma leitura semelhante àquela a que Cunhal havia procedido a propósito de José Régio, neste caso sobre a poesia de Tomaz Kim e de Fernando Pessoa, do elogio de obras como *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes, ou da Exposição de Arte Francesa Contemporânea, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, encontramos, no fio temático de Mário Dionísio, um conjunto de preocupações sobre os ofícios dos escritores e dos artistas que acompanharam o teor geral do seu percurso reflexivo. Particularmente atento ao mérito literário e artístico, o autor do «Poema do sacrifício sublime», com que iniciara a sua colaboração na *Seara Nova*, lembra que «uma arte social (...) tem de começar por ser arte para ser social, que um artista com esta ou aquela finalidade tem de começar por ser artista para a poder atingir». Se toda a arte propagandeia uma conceção do mundo, nem toda a propaganda, sob aparência de arte, é artística: «parece-me importantíssimo — lê-se na “Ficha 10”, publicada na *Seara Nova* n.º 808, de fevereiro de 1943 — o combate constante, justamente em favor da arte e da sua utilidade, *contra toda a espécie de tecnicismo*, mas parece-me também importante e urgente um

combate não menor nem menos persistente pelo valor e a indispensabilidade da técnica».

Nas «Ficha 13» e «Ficha 13 A», publicadas nos n.ºs 832 e 833, de 24 e 31 de maio de 1943, Mário Dionísio visou o ensaio *A Poesia da Moderníssima Geração (génese de uma atitude poética)*, em que João Pedro de Andrade, colaborador regular da *Seara Nova*, analisou a poesia da geração que editava a Coleção «Novo Cancioneiro».

O assunto escolhido era, obviamente, delicado pois consistia na incursão de um crítico literário nos domínios da natureza e do significado de um recente movimento de letras embasado em convicções identitárias e programáticas muito vincadas.

Na polémica a que deu lugar, a discussão em torno da noção de geração literária ocupou um lugar central. O significado da poesia do «Novo Cancioneiro» não se deixaria apreender pelo preconceito usual de geração, mas tão-só no quadro da Filosofia da História marxista: «não se trata de uma oposição de gerações, como João Pedro de Andrade supõe — teorizou Mário Dionísio — mas de grupos sociais, de mentalidades opostas, de atitudes diferentes, de homens diferentes». Em resumo, «sem um conhecimento real do que seja o neo-humanismo em geral, impossível se torna avaliar a literatura neorrealista (...), avaliá-la nas suas verdadeiras intenções e realizações e saber distinguir o que pode já tomar-se como fruto de uma atitude do que está inteiramente fora dela». Seria impossível ficar a meio caminho, com «um olho aberto e outro fechado», como aconteceria, numa atitude de meio termo, ao idealista e formalista João Pedro de Andrade.

Na resposta do visado — «Arrumação duma ficha», *Seara Nova*, n.ºs 834 e 836, de 7 e 21 de agosto de 1943 —, retemos a afirmação de fundo segundo a qual «Mário Dionísio não faz crítica literária (...) faz crítica social a obras literárias, o que é diferente».

A «Ficha 14», dedicada a treplicar ao crítico literário e de teatro seareiro, deu lugar a uma polémica adicional, pois a Direção da *Seara Nova* obstou à publicação das oito páginas que ocuparia na revista (quando esta era composta por dezasseis). A partir de Pedras Salgadas, Câmara Reis sugeriu que fossem reduzidas «a quatro, arejadas, essenciais, atraentes, com argumentação central bem destacada».

Mário Dionísio recusou a proposta, pelo que a «Ficha» derradeira acabou por si publicada. Cinco neorrealistas relevantes recordaram ao Diretor da *Seara Nova*, em carta publicada no n.º 845, de 23 de outubro de 1943, que o interessante problema em discussão «não podia ser ventilado em qualquer outra revista ou periódico portugueses». Foram secundados, em nova carta com idêntico teor, assinada por vinte e nove figuras de relevo nas letras e nas ciências.

Os episódios descritos permitem ilustrar a sucessão de incidentes que marcaram continuamente as relações entre seareiros e marxistas na *Seara Nova* enquanto esta esteve subordinada aos seus fundadores.

O prestígio do título irradiava do reconhecimento do mérito da elite de intelectuais nacionais que a direção da revista soubera acolher e agregar através da abordagem aberta e plural de matérias doutrinárias e críticas muito variadas.

A longevidade da publicação limitou-se a vincar este traço de caráter que lhe conferiu uma expressão simbólica inigualável.

Neste quadro muito amplo, o interesse dos seareiros em acolherem autores marxistas nas suas páginas abonaria a exposição e a discussão lata de ideias, ao mesmo tempo que possibilitava o diálogo e o reforço das diferentes correntes que se opunham à ditadura.

Já a presença dos intelectuais marxistas, mais ou menos eivada de reservas, mostrar-se-ia, para estes, um recurso útil na afirmação e no debate da sua visão dos tempos e das suas orientações políticas e culturais.

Como os dois lados tinham uma percepção muito aguda do exercício do poder, a conveniência recíproca foi acompanhada por uma tensão contínua, assente no confronto doutrinário, mas também em lances com viés político.

Embora sem o alcance e o significado das polémicas já referidas, seria possível evocar um sem-número de desentendimentos que envolveram o Diretor da revista e os neo-humanistas, acolhidos, em alguns casos, em cargos de coordenação editorial.

A partir de meados da década de 1950, a dialética entre opositoristas conheceu novos contornos, pois Câmara Reis resolveu encetar um processo de quase refundação da revista como resposta à decadência geral que patenteava. A periodicidade tornara-se muito irregular, a administração era caótica, o número de assinantes havia caído para a casa dos setecentos, a tiragem estaria limitada aos mil exemplares e a edição de novos livros estava parada.

A direção recorreu, então, ao discernimento e à competência do jovem advogado Manuel Sertório, que deixou testemunho pormenorizado da situação em que encontrou a *Seara Nova* e das mudanças que introduziu entre 1957 e 1959, por ocasião da edição comemorativa do cinquentenário do título.

A revista atraiu, então, uma equipa redatorial e administrativa jovem, com a quase totalidade dos articulistas anteriores a afastar-se, empenhada em promover o trabalho coletivo, incluindo a apreciação conjunta de cada um dos artigos a publicar.

A *Seara Nova* «remoçada» reclamou, em editorial, o regresso e a progressão do espírito seareiro, na senda da «tradição sergiana da reforma das mentalidades», bem como empenho no inquérito aos problemas nacionais. Apresentou um grafismo atualizado e um sentido de oportunidade aferível pela capa dedicada a Fidel de Castro no mês em que este fez com que Fulgencio Batista viesse arribar à ilha da Madeira.

No âmbito da vida nacional, a campanha presidencial de 1958 tinha criado o ambiente para o surgimento de uma nova leva de intelectuais, que irá expressar-se na *Seara Nova*, mas também em *O Tempo e o Modo*, além, naturalmente, da *Vértice*, que se manterá como o órgão por excelência da cultura neorrealista. Simultaneamente, criou novos públicos despertos para a luta política, desde logo entre os estudantes universitários.

No plano internacional, as transformações com implicações ideológicas não se mostraram menos agitadas. Basta recordar a «revolução na revolução» castrista, a denúncia oficial do estalinismo, a cisão sino-soviética, a crítica do «marxismo sovié-

tico», a difusão do existencialismo e do estruturalismo ou a confirmação da simpatia e da expectativa depositadas no Terceiro Mundo não alinhado. Se incluirmos nesta apreciação as novas vagas culturais americanas e europeias de fundo libertário, adicionaremos transformações radicais nas representações do corpo, dos direitos individuais e dos estilos de vida.

Por outras palavras, o ciclo que a *Seara Nova* encetou na passagem para os anos sessenta ocorreu numa época de grandes mudanças e indefinições, umas patentes e outras latentes, que se refletiram necessariamente nas suas páginas.

Embora a nova equipa redatorial, sucessivamente alargada, se tenha mantido heteróclita, os tempos mostravam-se favoráveis a que os autores de simpatia marxista ocupassem assento na direção da revista nos anos seguintes, o que conheceu expressão formal com a atribuição a Rogério Fernandes das funções de Diretor-Adjunto entre fevereiro de 1962 e outubro de 1967, ocasião em que passou a constar como Diretor até fevereiro de 1969. Foi, então, rendido por Augusto Abelaira, que pouco publicou, mas se sentiu investido no papel de moderador das tendências distintas que atravessavam o corpo redatorial onde Rogério Fernandes, Alberto Ferreira, Augusto Costa Dias, José Saramago e Fernando Correia avultaram no lado filocomunista da redação.

O editorial «Síntese doutrinária para um programa seareiro» (n.^{os} 1931-1932, de setembro-outubro de 1961), que coincide com o anúncio da morte de Luís da Câmara Reis, parece conter o compromisso a que a nova redação chegara. Por

um lado, reafirma a *Seara Nova* como «um movimento cultural, doutrinário e crítico que se insere na continuidade de um pensamento de esquerda socialista e republicano», pelo que declara regressar «à inteireza dos princípios que não perderam atualidade». Por outro lado, afirma pretender progredir «em direção ao futuro, quando nele rompe a novidade que à nação interessa e a todos é cara», segundo uma orientação que «engloba e amplia as conceções que de uma forma mais justa se adequam ao progresso do País e às aspirações do seu povo». Nesta perspetiva, preconiza a vinculação «à opinião mais evoluída e progressista dos povos do mundo» e «uma unidade progressiva do povo português mediante a qual se alcancem os objetivos que o nosso ideário propõe».

A crer no testemunho de António Reis, a sua ida, em 1969, «para a *Seara Nova* representava (...) um claro alinhamento na estratégia clássica da unidade oposicionista na órbita de um Partido Comunista que se respeitava e admirava», num tempo de «tentativa de coexistência de socialistas independentes como o Abelaira, o Nuno Brederode Santos, o Luís Salgado de Matos com comunistas e socialistas do PS» («Assinar a *Seara* era uma espécie de filiação na resistência», *Seara Nova*, nova série, n.º 74, de outubro, novembro, dezembro de 2001).

Numa outra evocação, a propósito de Mário Sottomayor Cardia, que havia ingressado na revista no início da década de 1960 e se teria tornado «a grande alma dessa *Seara*, tal como Raul Proença o fora da primeira *Seara* dos anos vinte», António Reis fez a resenha do sucesso editorial sofrido entre a campanha presidencial de Humberto Delgado

e o 25 de Abril: a revista passara de uma tiragem média de 3708 exemplares, em 1959, para 16 000, em 1969, 26 500, em 1972, e perto de 30 000, nas vésperas da restauração da democracia. O número de assinantes ascenderia, então, a 18 000, enquanto 70% dos leitores teriam menos de 34 anos. A edição de livros também ressurgiu e atingiu a cifra de 35 novos títulos em 1973. O número de funcionários situava-se, então, entre os 20 e os 25 («Sottomayor Cardia e a *Seara Nova*», *Seara Nova*, n.º 1698, inverno de 2006).

O equilíbrio, sempre precário, entre as diferentes tendências político-culturais seareiras e comunistas foi quebrado por dois episódios particularmente relevantes.

O primeiro consistiu num processo pouco claro de aquisição de acções de que resultou a tendência comunista passar a dispor de uma posição maioritária na Empresa de Publicidade Seara Nova, o que levou Augusto Abelaira, Mário Sottomayor Cardia, António Reis, Aquilino Ribeiro Machado, Carlos da Veiga Pereira, Gabriela Martins, Luís Salgado de Matos, António Lopes Cardoso e Vasco Martins a comunicarem que não iriam participar na Assembleia-Geral convocada para 29 de março de 1974. Já Gilberto Lindim Ramos, Alberto Pedroso, Fernando Correia, Ulpiano Nascimento, Alexandre Cabral, Carlos Pinhão Correia, Mário Ventura Henriques, António Melo, Alice de Sena Lopes, José Tengarrinha, José Garibaldi Queirós e Mário Sena Lopes assinaram o livro de presenças. Urbano Tavares Rodrigues, Pedro da Silveira e Augusto da Costa Dias mandaram representantes.

O segundo atrito de fundo, subsequente ao 25 de Abril, resultou de a revista se ter tornado um órgão de orientação estritamente conforme à opção partidária dos seus novos proprietários.

Manuel Rodrigues Lapa, Diretor do mensário desde fevereiro de 1973, e Vasco Martins, seu Diretor-Adjunto desde fevereiro de 1969, demitiram-se nos finais de 1974, tendo sido substituídos por José Garibaldi, editor que foi também jornalista da agência noticiosa soviética Novosti.

Rodrigues Lapa, que presidira aos trabalhos do II Congresso Republicano de Aveiro, em 1969, insurgiu-se contra o novo estado de coisas em termos veementes: «perguntam-me porque deixei de ser Diretor da *Seara Nova* (...) a célula comunista nela existente comprou astuciosamente (...) um volumoso lote de acções que lhe permitiu empalmar a empresa e a revista; hoje a prestigiosa tribuna de Sérgio, Cortesão e Proença é um simples vertedouro do Partido Comunista Português e seus afins»¹⁷.

Mesmo entre os novos detentores da publicação, a crítica ao rumo da revista não se fez esperar, nomeadamente através de Ulpiano Nascimento, que havia sido sugerido para seu Diretor, num convite que foi retirado após a transferência de acções já referida (consolidada por um aumento do capital social posterior).

Este economista, que ingressara na *Seara Nova*, em 1961, a convite de Câmara Reis, insurgiu-se jun-

17 Manuel Rodrigues Lapa, *As Minhas Razões. Memórias de um idealista que quis endireitar o mundo...*, Coimbra, Coimbra Editora, 1983, p. 277.

to dos responsáveis do seu partido quanto ao destino conferido à revista de forma tão insistente que o seu Comité Central abordou a questão e reiterou, no início de 1976, a orientação em vigor.

A *Seara Nova* plural, relevante no debate cultural e político português, havia encontrado, então, o seu fim, como, aliás, José Garibaldi reconheceu nas diferentes ocasiões em que lamentou ter-lhe prolongado a publicação. Se é certo que as circunstâncias haviam mudado diametralmente, com comunistas e socialistas já não lado a lado, mas antes face a face, também é seguro que a ortodoxia editorial não ajudava a conservar o público que se revia na publicação.

A revista acabou, pois, por sobreviver a si própria, com publicações regulares até aos finais de 1979 e, de seguida, com uma aparição anual até 1984.

Porém, Ulpiano Nascimento não tinha desistido de reconduzir a *Seara Nova* à sua condição tradicional. Surgiu como Diretor na edição de outubro-novembro de 1978, acompanhado por Blasco Hugo Fernandes como Subdiretor, e figurou como proprietário e editor na ficha técnica do n.º 1602, de 1982. Esta experiência fez com que impulsionasse e dirigisse um novo ciclo na história da revista, anunciado em sessão pública de 18 de julho de 1985.

A nova *Seara Nova*, com numeração reiniciada, procurou receber o testemunho de alguns dos seareiros históricos, como José de Azeredo Perdigão e Henrique de Barros, e adaptar o seu programa aos tempos reivindicativos próprios da ordem democrática consolidada. Adveio propriedade da Asso-

ciação Cultural Intervenção Democrática (ID) e passou a comungar uma orientação situada na órbita cultural e política da Coligação Democrática Unitária (CDU), em cujas listas as figuras mais proeminentes da ID figuraram, como independentes, e foram eleitas deputados da Assembleia da República.

Porém, o ressurgimento do título, que acabou por retomar a seriação anterior, relevou mais da perpetuação da memória prestigiada de uma obra hoje centenária, edificada em nome de um ânimo dito unitário, do que da capacidade de reinventar o vigor doutrinário e a controvérsia crítica próprios da sua longa história.

O legado seareiro em cinco tópicos

A perseverança seareira, feita da passagem de testemunho entre elites sucessivas de homens do pensamento, das letras e das ciências, desempenhou não só um lugar cimeiro no combate contra a ditadura salazarista, como avultou, também, na definição da ordem institucional e, mesmo, da vida social da democracia restaurada.

Os seareiros, vencidos em vida, advieram, então, republicanos vitoriosos.

Ascenderam à preclaridade cívica, desde logo pela exemplaridade de quem sobreviveu às agruras mais variadas em nome da devoção à liberdade, à democracia e ao bem comum. Nas palavras de Raul Proença, por «vontade capaz de todas as obstinações e de todos os heroísmos» («Política Interna. Os acontecimentos e a posição da “Seara Nova”», n.º 9, de 1 de março de 1922). A abnegação pessoal, a intransigência crítica e a exigência da ética republicana e intelectual de que deram prova permitiram observar que o valor das ideias e dos ideários pode subordinar o mundo real à intercessão racional e às grandes aspirações humanas.

Uma segunda lição seareira é a de que a cultura e a democracia constituem o verso e o reverso de uma república madura. A seu modo, liberdade, cultura e democracia confabulam entre si. Só a informação e a racionalidade compartilhadas permitiriam salvaguardar a prossecução do interesse público, que seria também interesse individual. Esta convergência é que tornaria a «cultura viva», como Câmara Reis gostava de dizer, e a liberdade uma conquista diária, como a revista assinalou em capa, desígnios primeiros que obrigariam a «ginastizar o espírito crítico», como Sérgio se encarregou de repetir, através do escrutínio e da controvérsia públicos e plurais.

No âmbito mais próximo e especificamente político, parece claro que o «socialismo liberal», defendido por Proença e pela generalidade dos seus companheiros, apresenta uma afinidade de fundo com a Constituição de 1976, que instituiu uma ordem institucional assente tanto nos direitos e garantias individuais, bem como na representação política, vindos da tradição liberal, quanto num conjunto vasto e igualmente estrutural de direitos e de deveres económicos, sociais e culturais, a que reuniu numerosas disposições socializantes.

Esta convergência pode ser igualmente descortinada no que respeita às escolhas eleitorais dos portugueses e a algumas das principais políticas públicas. Basta termos presente que os seareiros tinham encontrado no trabalhismo inglês, desde os tempos de Ramsay MacDonald, e na social-democracia, em geral, a sua referência política contemporânea, para verificarmos como esta orientação tem sido consonante com o voto maio-

ritário em eleições. Também podemos recordar que o convite a Aneurin Bevan para vir a Portugal — que esteve na origem das prisões de Cortesão, Azevedo Gomes, Sérgio e Vieira de Almeida, em 1958 — justifica ser lembrado quando se evoca a criação do Serviço Nacional de Saúde português. Igualmente, o essencial das perspectivas educativas desenvolvidas por seareiros antecipou um sistema de ensino que se quer universal, crítico e promotor da autonomia ética, intelectual e laboriosa dos portugueses. Por fim, o grande desígnio seareiro de integração de Portugal na Europa do seu tempo encontrou, nas últimas décadas, uma consumação bem mais lata do que aquela que os seus prosélitos puderam imaginar.

Além de contributos históricos e políticos, a *Seara Nova* deixou um extenso património reflexivo. Embora seja claro que muitas das doutrinas expostas por seareiros estavam tocadas pela candura ou se revelaram im procedentes, também é seguro que uma parte muito significativa da matéria publicada na revista não sofreu o efeito da erosão do devir. No ensaísmo, no âmbito do pensamento político e social, no domínio dos estudos literários e artísticos, muito do legado seareiro conserva a pertinácia própria dos argumentos, das teses e das obras que nos permitem problematizar a vida e o mundo.

Ilustremos o que fica dito com algumas interrogações que poderiam figurar em balanço do ânimo centenário que alentou a revista: a interpretação retrospectiva do longo século XX remete, apesar das atrocidades dos dois conflitos mundiais, para a observação da mudança de mentalidades e de costu-

mes como avanços civilizacionais e culturais? Ou sanciona, antes, que se atenda à vontade política exercida em nome da dialética de desígnios trans-históricos, de natureza mais ou menos jacobina? Ou, por fim, estas questões apresentam-se desprovidas de senso, como simples produtos de um exacerbamento iluminista serôdio, substituído, hoje, pela rasura do império do presente e da contingência?

Mesmo que o leitor se incline para a última destas hipóteses e veja nas convicções seareiras somente elucubrações emanadas da sua época, supomos ter ficado claro que essa divagação foi cumprida com elevação e com proveito comum.

Bibliografia essencial

Fontes

*Seara Nova*¹⁸

Estudos

AMARO, António Rafael, *Seara Nova nos Anos Vinte e Trinta (1921-1939). Memória, cultura e poder*, Viseu, Universidade Católica Portuguesa, 1995.

CABRAL, Manuel Villaverde, *The Seara Nova Group (1921-1926) and the Ambiguities of Portuguese Liberal Elitism*, Londres, Sep. de *Portuguese Studies*, vol. 4, ed. The Modern Humanities Research Association, 1988.

CARDIA, Mário Sottomayor (organização, prefácio e notas), *Seara Nova. Antologia. Pela reforma da República 1921-1926*, 2 vols., Lisboa, Seara Nova, 1971.

FERNANDES, Maria Luísa Garcia (coord.), *Seara Nova. Democracia/Razão/Europa: textos e contextos*, Porto, Campo das Letras, 2001.

FERNANDES, Rogério, «A Seara Nova e a Primeira República», in Zília Osório de Castro e Luís Crespo de Andrade (orgs.), *Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do pensamento contemporâneo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 83-89.

18 A coleção integral da primeira série da *Seara Nova* (1921-1984) pode ser consultada em <http://ric.slhi.pt/Seara-Nova/> no seu formato editorial ou segundo índices de autores. Este website faculta igualmente acesso a várias centenas de documentos, testemunhos e estudos relacionados com a revista.

- PINHO, Amon, MESQUITA, António Pedro, PINHO, Romana Valente, *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2015.
- PIRES, Daniel, «Seara Nova», in Daniel Pires, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1941-1974)*, Lisboa, Grifo, 2000, vol. II, 2.º t., pp. 430-534.
- REIS, António, «Seara Nova. Os anos da República», in Zília Osório de Castro e Luís Crespo de Andrade (orgs.), *Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do pensamento contemporâneo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 61-81.
- REIS, António, *Raúl Proença. Biografia de um intelectual político republicano*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.
- VENTURA, António, *O Imaginário Seareiro. Ilustradores e ilustrações da revista Seara Nova (1921-1927)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.

O Essencial sobre

- 1 **Irene Lisboa**
Paula Morão
- 2 **Antero de Quental**
Ana Maria A. Martins
- 3 **A Formação da Nacionalidade**
Ana Maria A. Martins
- 4 **A Condição Feminina**
Maria Antónia Palla
- 5 **A Cultura Medieval Portuguesa (Sécs. XI e XIV)**
Maria Antónia Palla
- 6 **Os Elementos Fundamentais da Cultura**
Jorge Dias
- 7 **Josefa d'Óbidos**
Vítor Serrão
- 8 **Mário de Sá Carneiro**
Clara Rocha
- 9 **Fernando Pessoa**
Maria José de Lancastre
- 10 **Gil Vicente**
Stephen Reckert
- 11 **O Corso e a Pirataria**
Ana Maria P. Ferreira
- 12 **Os «Bebés-proveta»**
Clara Pinto Correia
- 13 **Carolina Michaëlis de Vasconcelos**
Maria Assunção Pinto Correia
- 14 **O Cancro**
José Conde
- 15 **A Constituição Portuguesa**
Jorge Miranda
- 16 **O Coração**
Fernando de Pádua
(2.^a edição)
- 17 **Cesário Verde**
Joel Serrão
- 18 **Alceu e Safo**
Albano Martins
- 19 **O Romanceiro Tradicional**
J. David Pinto-Correia
- 20 **O Tratado de Windsor**
Luís Adão da Fonseca
- 21 **Os Doze de Inglaterra**
A. de Magalhães Basto
- 22 **Vitorino Nemésio**
David Mourão-Ferreira
- 23 **O Litoral Português**
Ilídio Alves de Araújo
- 24 **Os Provérbios Medievais Portugueses**
José Mattoso
- 25 **A Arquitectura Barroca em Portugal**
Paulo Varela Gomes
- 26 **Eugénio de Andrade**
Luís Miguel Nava
- 27 **Nuno Gonçalves**
Dagoberto Markl
- 28 **Metafísica**
António Marques
- 29 **Cristóvão Colombo e os Portugueses**
Avelino Teixeira da Mota
- 30 **Jorge de Sena**
Jorge Fazenda Lourenço
- 31 **Bartolomeu Dias**
Luís Adão da Fonseca

- 32 **Jaime Cortesão**
José Manuel Garcia
- 33 **José Saramago**
Maria Alzira Seixo
- 34 **André Falcão de Resende**
Américo da Costa Ramalho
- 35 **Drogas e Drogados**
Aureliano da Fonseca
- 36 **Portugal e a Liberdade dos Mares**
Ana Maria Pereira Ferreira
- 37 **A Teoria da Relatividade**
António Brotas
- 38 **Fernando Lopes Graça**
Mário Vieira de Carvalho
- 39 **Ramalho Ortigão**
Maria João L. Ortigão de Oliveira
- 40 **Fidelino de Figueiredo**
A. Soares Amora
- 41 **A História das Matemáticas em Portugal**
J. Tiago de Oliveira
- 42 **Camilo**
João Bigotte Chorão
- 43 **Jaime Batalha Reis**
Maria José Marinho
- 44 **Francisco de Lacerda**
J. Bettencourt da Câmara
- 45 **A Imprensa em Portugal**
João L. de Moraes Rocha
- 46 **Raul Brandão**
A. M. B. Machado Pires
- 47 **Teixeira de Pascoaes**
Maria das Graças Moreira de Sá
- 48 **A Música Portuguesa para Canto e Piano**
José Bettencourt da Câmara
- 49 **Santo António de Lisboa**
Maria de Lourdes Sirgado Ganho
- 50 **Tomaz de Figueiredo**
João Bigotte Chorão
- 51/ **Eça de Queirós**
- 52 Carlos Reis
- 53 **Guerra Junqueiro**
António Cândido Franco
- 54 **José Régio**
Eugénio Lisboa
- 55 **António Nobre**
José Carlos Seabra Pereira
- 56 **Almeida Garrett**
Ofélia Paiva Monteiro
- 57 **A Música Tradicional Portuguesa**
José Bettencourt da Câmara
- 58 **Saúl Dias/Júlio**
Isabel Vaz Ponce de Leão
- 59 **Delfim Santos**
Maria de Lourdes Sirgado Ganho
- 60 **Fialho de Almeida**
António Cândido Franco
- 61 **Sampaio (Bruno)**
Joaquim Domingues
- 62 **O Cancioneiro Narrativo Tradicional**
Carlos Nogueira
- 63 **Martinho de Mendonça**
Luís Manuel A. V. Bernardo
- 64 **Oliveira Martins**
Guilherme d'Oliveira Martins
- 65 **Miguel Torga**
Isabel Vaz Ponce de Leão
- 66 **Almada Negreiros**
José-Augusto França

- 67 **Eduardo Lourenço**
Miguel Real
- 68 **D. António Ferreira Gomes**
Arnaldo de Pinho
- 69 **Mouzinho da Silveira**
A. do Carmo Reis
- 70 **O Teatro Luso-Brasileiro**
Duarte Ivo Cruz
- 71 **A Literatura de Cordel Portuguesa**
Carlos Nogueira
- 72 **Sílvio Lima**
Carlos Leone
- 73 **Wenceslau de Moraes**
Ana Paula Laborinho
- 74 **Amadeo de Souza-Cardoso**
José-Augusto França
- 75 **Adolfo Casais Monteiro**
Carlos Leone
- 76 **Jaime Salazar Sampaio**
Duarte Ivo Cruz
- 77 **Estrangeirados no Século XX**
Ana Paula Laborinho
- 78 **Filosofia Política Medieval**
Paulo Ferreira da Cunha
- 79 **Rafael Bordalo Pinheiro**
José-Augusto França
- 80 **D. João da Câmara**
Luiz Francisco Rebello
- 81 **Francisco de Holanda**
Maria de Lourdes Sirgado Ganhó
- 82 **Filosofia Política Moderna**
Paulo Ferreira da Cunha
- 83 **Agostinho da Silva**
Romana Valente Pinho
- 84 **Filosofia Política da Antiguidade Clássica**
Paulo Ferreira da Cunha
- 85 **O Romance Histórico**
Rogério Miguel Puga
- 86 **Filosofia Política Liberal e Social**
Paulo Ferreira da Cunha
- 87 **Filosofia Política Romântica**
Paulo Ferreira da Cunha
- 88 **Fernando Gil**
Paulo Tunhas
- 89 **António de Navarro**
Martim de Gouveia e Sousa
- 90 **Eudoro de Sousa**
Luís Lóia
- 91 **Bernardim Ribeiro**
António Cândido Franco
- 92 **Columbano Bordalo Pinheiro**
José-Augusto França
- 93 **Averróis**
Catarina Belo
- 94 **António Pedro**
José-Augusto França
- 95 **Sottomayor Cardia**
Carlos Leone
- 96 **Camilo Pessanha**
Paulo Franchetti
- 97 **António José Brandão**
Ana Paula Loureiro de Sousa
- 98 **Democracia**
Carlos Leone
- 99 **A Ópera em Portugal**
Manuel Ivo Cruz
- 100 **A Filosofia Portuguesa (Séculos XIX e XX)**
António Braz Teixeira

- 101/ **O Padre António Vieira**
102 Aníbal Pinto de Castro
- 103 **A História da Universidade**
Guilherme Braga da Cruz
- 104 **José Malhoa**
José-Augusto França
- 105 **Silvestre Pinheiro Ferreira**
José Esteves Pereira
- 106 **António Sérgio**
Carlos Leone
- 107 **Vieira de Almeida**
Luís Manuel A. V. Bernardo
- 108 **Crítica Literária Portuguesa (até 1940)**
Carlos Leone
- 109 **Filosofia Política Contemporânea (1887-1939)**
Paulo Ferreira da Cunha
- 110 **Filosofia Política Contemporânea (desde 1940)**
Paulo Ferreira da Cunha
- 111 **O Cancioneiro Infantil e Juvenil de Transmissão Oral**
Carlos Nogueira
- 112 **Ritmanálise**
Rodrigo Sobral Cunha
- 113 **Política de Língua**
Paulo Feytor Pinto
- 114 **O Tema da Índia no Teatro Português**
Duarte Ivo Cruz
- 115 **A I República e a Constituição de 1911**
Paulo Ferreira da Cunha
- 116 **O Capital Social**
Jorge Almeida
- 117 **O Fim do Império Soviético**
José Milhazes
- 118 **Álvaro Siza Vieira**
Margarida Cunha Belém
- 119 **Eduardo Souto Moura**
Margarida Cunha Belém
- 120 **William Shakespeare**
Mário Avelar
- 121 **Cooperativas**
Rui Namorado
- 122 **Marcel Proust**
António Mega Ferreira
- 123 **Albert Camus**
António Mega Ferreira
- 124 **Walt Whitman**
Mário Avelar
- 125 **Charles Chaplin**
José-Augusto França
- 126 **Dom Quixote**
António Mega Ferreira
- 127 **Michel de Montaigne**
Clara Rocha
- 128 **Leonardo Coimbra**
Ana Catarina Milhazes
- 129 **Pablo Picasso**
José-Augusto França
- 130 **O Diário da República**
Guilherme d'Oliveira Martins
- 131 **Vergílio Ferreira**
Helder Godinho
- 132 **A Companhia Nacional de Bailado**
Mónica Guerreiro
- 133 **Os Ballets Russes em Lisboa**
Maria João Castro
- 134 **Dante Alighieri**
António Mega Ferreira

- 135 **O Teatro de Henrique
Lopes de Mendonça**
Duarte Ivo Cruz
- 136 **Mário Cláudio**
Martinho Soares
- 137 **Viana da Mota**
Bruno Caseirão
- 138 **A Língua Portuguesa
como Ativo Global**
Luís Reto, Nuno Crespo,
Rita Espanha, José Esperança
e Fábio Valentim
- 139 **Teolinda Gersão**
Luís Manuel Marques Martins
- 140 **Os Salvadores Portugueses**
Margarida de Magalhães
Ramalho.
- 141 **Aristides de Sousa Mendes**
Cláudia Ninhos
- 142 **Os Portugueses no Sistema
Concentracionario do III
Reich**
Fernando Rosas, Cláudia
Ninhos, Ansgar Schaefer,
Cristina Clímaco e António
Carvalho

O livro **O ESSENCIAL SOBRE**

A SEARA NOVA

é uma edição da

IMPRESA NACIONAL

tem como autor

LUÍS ANDRADE

design e capa do ateliê

SILVADESIGNERS

revisão de

ANTÓNIO JOSÉ MASSANO

e paginação de

MAGDA COELHO.

Tem o ISBN PAPEL **978-972-27-2986-4**

e o depósito legal **489699/21**

A primeira edição

acabou de ser impressa no mês de **OUTUBRO**

do ano de **DOIS MIL E VINTE E UM.**

CÓD. 1025278

Imprensa Nacional

é a marca editorial da **INCM**

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

Av. de António José de Almeida

1000-042 Lisboa

www.incm.pt

www.facebook.com/INCM.Livros

prelo.incm.pt

editorial.apoiocliente@incm.pt

N I M P R E S S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O E S S E N C I A L S O B R E

A Seara Nova

Luís Andrade

A Seara Nova foi a revista dos homens de letras que não abdicaram da liberdade de espírito ao longo da ditadura salazarista e marcelista.

António Sérgio, Raul Proença, Jaime Cortesão, José Rodrigues Miguéis, Adolfo Casais Monteiro e Fernando Lopes-Graça, entre muitos outros, publicaram centenas de artigos no *quinzenário de doutrina e crítica*.

A cultura portuguesa contemporânea e a resistência política à autocracia têm, pois, nas 1 600 edições da revista, com 31 500 páginas e 3 100 autores, uma fonte primordial para a compreensão do passado e do legado reflexivo recentes.

O Essencial sobre a Seara Nova procede à leitura geral do espírito e do trajeto seareiros.

ISBN: 978-972-27-2986-4



N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO